

**Cap QOPM EDSON JOSÉ SOUZA PAULA**

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO QUILOMBOLA  
NO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública.

Orientadora metodológica:  
**Prof. SÔNIA MARIA BREDÁ**

Orientador de conteúdo:  
**Prof. JAYRO PEREIRA DE JESUS**

**CURITIBA  
2008**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Grande Arquiteto do Universo, o qual aceita as diversas designações, conceitos e não se furta de nos cobrir com seu manto protetor nos presenteando com suas bênçãos.

Aos humildes, sofridos e incansáveis heróis quilombolas, os quais se desdobram para tornar a carência em produtivo meio de sobrevivência.

Aos Mestres do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, os quais não mediram esforços em coroar-nos com seus conhecimentos.

Aos companheiros de turma, familiares, amigos e colaboradores que de uma forma ou de outra vieram a contribuir na realização deste.

À mui digna Professora Sônia Maria Breda, habilidosa mestra, mostrando-se paciente e compreensiva, orientadora metodológica deste trabalho monográfico, que mesmo com ínfima quantidade de tempo, com maestria e grande saber, transmitiu e inseriu conhecimentos, possibilitando a execução de uma missão que por Deus, muito auxiliará aos necessitados deste glorioso Estado, talvez quebrando conceitos e preconceito historicamente enfronhados na cultura e educação no Paraná.

Ao digníssimo Professor Mestre JAYRO PEREIRA DE JESUS, orientador de conteúdo, um incansável representante da luta contra as desigualdades sociais, voltadas para a questão dos negros no Brasil, o qual não mediu esforços, sempre pronto no auxílio e ensinamento dentro da realidade na qual nos encontramos inseridos.

Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas  
crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não  
serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu  
caráter...

Eu tenho um sonho que um dia todo o vale será  
exaltado, e todas as colinas e montanhas virão abaixo, os  
lugares ásperos serão aplainados e os lugares tortuosos  
serão endireitados e a glória do Senhor será revelada e toda  
a carne estará junta...

Martin Luther King

## RESUMO

As recentes em descobertas, mas centenárias em existência, Comunidades Quilombolas do Paraná, por muito tempo foram preteridas quando da aplicabilidade dos projetos de inclusão social e de valorização da pessoa humana, verificando atualmente a necessidade de uma acolhida, em especial por parte da Polícia Militar do Paraná, verificando a necessidade de se implantar o Policiamento Comunitário Quilombola, idéia surgida das constantes solicitações por parte dos quilombolas espalhados em suas comunidades pelo Estado e que muito reclamam do abandono e descasos por parte de policiais militares que demoram dias para o atendimento de uma solicitação, alegando falta de recursos tais como viaturas e efetivo, bem como a distância e dificuldade de circulação, pela má conservação das vias de acesso, ou até mesmo a dificuldade de acesso em algumas comunidades. Há casos em que comunidade ficara cinco anos sem a visita do policial militar, o que vai na contramão da filosofia do policiamento comunitário preconizado pelo Governo do Estado do Paraná. Assim, ocorrências de naturezas de simples soluções geradas nas áreas urbanas, nas comunidades quilombolas, tornam-se sem soluções ou a elas é dada uma solução contrária ao que preceitua a Constituição Cidadã, assim batizada em 1988, fazendo-se ausente aos cidadãos das comunidades quilombolas o direito de cidadania. As comunidades quilombolas se encontram a mais de cento e oitenta anos, em média, patentes no Estado do Paraná, e para melhor assimilar as nuances desta questão, basta saber que a abolição da escravidão se deu a cento e vinte anos, em 1888. Assim, comunidades negras, independentes, com suas propriedades e sem reconhecimento de cidadania, ainda considerados como serviçais, animais e sub-raça, ao serem encontrados “bandos” (como eram e ainda são em alguns pontos do Estado), são encarados como invasores das terras do Governo, ou de proprietários que foram beneficiados pelo Governo, o qual havia deixado de ser província de São Paulo recentemente. Um legado de massacre, sacrifícios, invasões, grilagem, latrocínios, covardia inclusive por parte de autoridades políticas e militares. As comunidades que resistiram, hoje se encontram confinadas à beira de rios, com suas propriedades reduzidas a pequenos lotes, quando as têm, sem condições de subsistência por seus próprios meios e recursos, dando seus curtos suspiros para poder conseguir os direitos preconizados pela Constituição Federal, inclusive a acolhida da Polícia Paranaense, guardiã dos direitos dos cidadãos do Estado do Paraná, podendo sentir protegido o seu direito à propriedade da terra e à ausência de conflitos de posse, bem como a proteção ao meio ambiente e direitos à produção e à vida.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O NEGRO E ALGUMAS QUESTÕES HISTÓRICAS SOCIAIS.....</b>	<b>11</b>
2.1	A EXPLORAÇÃO DO NEGRO E SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO BRASILEIRO.....	11
2.2	O NEGRO E A RELIGIÃO.....	12
2.3	O PAPEL DO NEGRO EM COMBATES REGIONAIS NO BRASIL.....	14
2.4	A ESCRAVATURA NO ESTADO DO PARANÁ.....	16
<b>3</b>	<b>LEIS ABOLICIONISTAS.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS DA ABOLIÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>OS QUILOMBOS NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
<b>6</b>	<b>O PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA .....</b>	<b>23</b>
6.1	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....	24
6.2	ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	26
<b>7</b>	<b>COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ.....</b>	<b>29</b>
7.1	FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS PARANAENSES.....	29
7.2	REALIDADE SOCIAL ATUAL.....	31
<b>8</b>	<b>ALGUNS RELATOS HISTÓRICOS INDIVIDUAIS.....</b>	<b>32</b>
8.1	COMUNIDADE PORTO VELHO DE ADRIANÓPOLIS.....	32
8.2	COMUNIDADE JOÃO SURÁ DE ADRIANÓPOLIS.....	33
8.3	BAIRRO SÃO ROQUE DE ADRIANÓPOLIS.....	34
8.4	COMUNIDADE SUTIL DE PONTA GROSSA.....	34
8.5	COMUNIDADE PALMITAL DOS PRETOS DE CAMPO LARGO.....	35
8.6	COMUNIDADE VARZEÃO DE DOUTOR ULISSES.....	36
8.7	COMUNIDADE DO CERRADO DE DOUTOR ULISSES.....	37
8.8	COMUNIDADE DE QUEIMADINHO DE DOUTOR ULISSES.....	38
<b>9</b>	<b>O GOVERNO DO PARANÁ E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS...</b>	<b>39</b>
9.1	A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO CLOVIS MOURA.....	39
9.2	A PROPOSTA DE RESGATE HISTÓRICO E INCLUSÃO SOCIAL.....	40
9.3	OS PRINCIPAIS CONFLITOS GERADOS.....	41
<b>10</b>	<b>A PATRULHA COMUNITÁRIA QUILOMBOLA.....</b>	<b>42</b>
10.1	CONCEITOS E COMPETÊNCIAS.....	45
10.1.1	Batalhões de Polícia Militar.....	48
10.1.2	Patrulha Comunitária.....	49
10.1.3	Batalhão De Polícia Ambiental .....	52
10.2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	53
10.3	UNIDADES DETENTORAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	55
10.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DAS PATRULHAS COMUNITÁRIAS.....	55
10.4.1	Instrução aos Comandos.....	56
10.4.2	Resgate histórico de incidência de delitos.....	56
10.4.3	Composição das equipes.....	57
10.4.4	Composição dos meios.....	57
10.4.5	Pressuposto do policiamento comunitário quilombola.....	58

<b>11</b>	<b>ANÁLISE GERAL.....</b>	<b>60</b>
<b>11.1</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>60</b>
<b>11.2</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....</b>	<b>60</b>
<b>12</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>65</b>
<b>12</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>13</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se escreveu sobre a escravidão no Brasil e este não será o tópico deste trabalho, assim, alguns pontos serão refletidos para melhor localizar e estabelecer um eixo conectivo e ao mesmo tempo facilitar a compreensão da realidade da questão escravagista no Paraná, a qual foi ocultada e por muitos negada apesar das provas contundentes que se apresentam na atualidade. Não é o intuito se ater ao tema “escravidão”, pois sua amplitude afastaria a real pretensão do trabalho, mas na responsabilidade de pautar pontos sensíveis e de relevância para que se conscientize o leitor do quanto fora significativa a presença do indivíduo da cor preta no Brasil, a cultura negra deste indivíduo, sua crença e o quanto fora degradante e subumano o tratamento ao mesmo dedicado, buscando retratar a realidade das ações contra ele cometidas, tentando resgatar os fatos sem polemizar, mas conduzindo a uma verdade nua das causas da estruturação dos negros em quilombos, num espaço compreendido entre 1800 a 1960.

Convém observar que o assunto “policiamento comunitário quilombola é inexplorado como modalidade e ainda não aplicada e discutida, vindo à tona pela percepção da necessidade de atender a essa classe de cidadãos paranaenses que carecem de apoio para a conquista de seus direitos tolhidos até a atualidade”.

Na busca do entendimento sobre os motivos de tal isolamento, poder-se-á entender a realidade atual do confinamento das comunidades quilombolas em vales e encostas, podendo desse entender, retirar conceitos sobre a existência do “racismo”, seja sobre qualquer ótica.

O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros...O que é um grupo racial? A pergunta parece tola: ninguém confunde um preto com um branco, um índio com um japonês e, se for um bom observador, não confundirá, também, um judeu com um italiano. Nenhum desses grupos de pessoas é, porém, uma raça... ( um sujeito preto pode, por exemplo, estar biologicamente mais próximo de um branco do que de outro sujeito preto). (RUFINO, 1984, p.11)

Não obstante, há que se ressaltar que muito se oculta na história do Brasil e, surpreendentemente, na do Estado do Paraná sobre a presença do negro nos acontecimentos norteadores e formadores do Brasil e do Paraná de hoje, bem como nas conquistas, donde são laureados os grandes heróis da defesa do território e da soberania brasileira.

Algumas citações serão enfocadas, com o intuito de situar e compreender

melhor os motivos pelos quais, se faz necessária a intercessão do Estado através de um policiamento mais efetivo, nas comunidades quilombolas, pois conforme o Capitão Menegolo,<sup>1</sup> existe uma dificuldade de inserção do indivíduo da pele escura nas camadas até mesmo semi-privilegiadas da sociedade, sendo que os indivíduos de tez negra, parda ou escura, ainda sofrem “na própria pele” os efeitos da discriminação, que em muito dificultam a sua inserção social. Essas dificuldades acontecem independentemente da sua condição econômica, pois pela “cor da sua pele”, eles acabam sendo marginalizados. Dentro deste cenário, a Polícia Militar, como Instituição sesquicentenária, a qual é parte integrante do processo histórico de nosso Estado e de nosso País, encarregada pela preservação da ordem pública e defensora prioritária dos direitos do cidadão, deve ser e é formada por qualquer um do povo que a ela queira integrar, através do princípio de voluntariado, podendo desta forma ser parte ativa no estabelecimento de mecanismos de correção das injustiças sociais vividas pelos menos favorecidos pela cor de sua pele.

Caminhando pela mesma vertente, no intuito de conduzir para a conscientização da necessidade da acolhida<sup>2</sup> pela Polícia Militar, de uma maneira especial, Kodi Annan, Secretário Geral da ONU, em março de 2001, já expunha que em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, desproporcionalmente afetadas pelo desemprego e desproporcionalmente menos escolarizadas que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente, menor expectativa de vida. Estas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro.

O Governo do Estado do Paraná, ao descobrir as comunidades de remanescentes de Quilombo, descobre um desenrolar histórico que fora oculto por quase dois séculos e resgata, paulatinamente, a verdadeira identidade do povo paranaense, tornando transparente o fato de que se no Brasil, por aproximadamente trezentos anos, houve escravidão, pois que se tem conhecimento que em 1538 o País recebeu o primeiro contingente de escravos e o negro foi considerado simples

---

<sup>1</sup> MENEGOLO, Marcos Rogério. **Cota para Afro-descendentes no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Paraná**, Curitiba, 2004. Monografia CAO.

<sup>2</sup> Acolhida – termo aqui empregado com a interpretação de Policiamento Comunitário. Co-participação e cooperação.



mercadoria, sem que sentimentos de ordem religiosa ou política tivessem influído para reduzir o comércio ou minorar a tragédia.<sup>3</sup> O Paraná não ficou isento deste contexto mesmo sendo, na época, província do Estado de São Paulo. O Grupo de Trabalho “Clovis Moura”, através de professores e antropólogos, busca o resgate social, cultural e religioso das comunidades, salientando que no início do século XIX, quando a África ainda não havia sido explorada pelo europeu, o Brasil, em sua constituição demográfica, já era mais negro do que branco. Segundo cálculos de Balbi, citado por **Nina Rodrigues** em “os Africanos no Brasil”, em 1818 conviviam por aqui cerca de 1.043.000 brancos ao lado de 2.215.000 negros, em sua maioria escravos<sup>4</sup> e em 1888, com a Lei Áurea, a abolição tornou-os livres, sem proporcionar ou planejar condições de assentamento social a essa grande massa, que ainda hoje sofre em sua consciência moral uma dívida do passado e que traz reflexos diretos e ampliados aos seus descendentes. Assim, estudos estão sendo realizados visando esclarecer pontos obscuros sobre a ocultação da existência e participação dos negros na história paranaense, o que ocasionou a ignorância de sua existência em comunidades centenárias e o não alcance, até o atual governo, dos programas de inclusão social.

---

<sup>3</sup> SALZANO, F. M. e FREIRE-MAIA, N. **Populações brasileiras**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p 25.

<sup>4</sup> CASTRO, Therezinha de. **África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p 189.

## 2 O NEGRO E ALGUMAS QUESTÕES HISTÓRICAS SOCIAIS

### 2.1 A EXPLORAÇÃO DO NEGRO E SUA INFLUÊNCIA NO MERCADO

Alarmante é o quantitativo de negros que foram retirados do continente africano para serem comercializados como coisa, mercadoria ou escravizados. Estima-se que foram aproximadamente 100.000.000 (cem milhões) de africanos arrancados de suas terras e conduzidos a diversos países, mas se sabe que nem todos conseguiram chegar vivos, inestimando a intensidade de sofrimento daqueles que, nos tumbeiros que os trouxeram para o Brasil, sofreram os mais cruéis tipos de bestialidade humana que a escravidão gerou, chegando a morrer de peste, fome, de chibata, com membros, órgãos genitais arrancados, aleijados e até os que eram cegados ou que eram besuntados de mel e entregues a vorazes formigas<sup>5</sup>.

De acordo com Rufino (1941, p. 22), "... os bandeirantes brasileiros eliminaram, em cinquenta anos, um milhão de índios; e, da África, foram negociadas para a América, em trezentos anos de escravidão, mais de 20 milhões de pessoas."

Ao chegarem e serem comprados pelos seus senhores outras atrocidades lhes aguardavam, dentre tantas, arrebataram os negrinhos ao nascer, retirando-os praticamente do ventre das mães e mortos rapidamente para não desviar a negra do seu trabalho, ou ainda aqueles que morriam para que o leite de suas mães fossem alimentar os "nhonhozinhos" brancos, que ao nascer ganhavam um moleque preto para se iniciarem no exercício de crueldade imposto pela escravidão. Reporta-nos ainda o abuso sexual de senhores brutais violando negrinhas de 10, 12, 15 anos. Os proprietários cínicos que faziam filhos nas negras para obterem escravos "mais claros" e vendê-los a alto preço para os serviços domésticos. O contágio consciente da sífilis em negrinhas virgens, o que se considerava um bom remédio e ótimo divertimento para a doença.

Historicamente, o Brasil Colônia passou por diversas e trágicas fases, causadas pela incompetência administrativa dos portugueses e o oportunismo inglês, holandês e francês, que na comercialização com Portugal, exploraram o ouro, a cana-de-açúcar, o café, o fumo, o algodão, o mate... Contudo, há que se

---

<sup>5</sup> CHIAVENATO, Julio José, *O Negro no Brasil*. São Paulo, 1987, p. 11.

ressaltar e não nos prender no conteúdo aqui exposto que durara aproximadamente 350 anos, onde a mão-de-obra empregada para a produção de todos estes produtos, comerciáveis na Europa, era escrava, sendo que o negro também era tido como produto de comércio e muitas vezes produto de troca com as mercadorias que produzia.

O Brasil começara a ser povoado em torno do engenho, com uma série de atividades paralelas, oferecendo alimento, lenha, trabalho agrícola, produtos simplesmente extrativos, surgindo assim a figura do “senhor do engenho” rodeado de seus agregados e parentes. Assim, se não fosse o trabalho escravo para a sustentação deste proeminente país, estaria o Brasil fadado à morte desde o seu início. E o que é mais trágico e que pouco se faz relatar foi o fato da produção de ouro, o qual foi obtida através do trabalho de 600 mil escravos que, quanto mais produziam, mais criavam condições para piorar sua vida. Ainda advem o ciclo do café, em que o escravo negro continuara fazendo de tudo,<sup>6</sup> notando que houvera mudança no cultivo e na produção do bem, porém, não ocorrera na mão de obra a qual era “baratíssima” e à disposição. Será, porém, com os cafezais que começará a decomposição do sistema escravista brasileiro.

Observa-se que durante este período e pelas atividades realizadas, bem como não deixando de conceber a forma com que os escravos eram tratados, o ser humano era degradado física e psicologicamente, nota-se que neste período o Brasil possuía quase quatro milhões de negros os quais se encontravam numa situação de tortura e muitas vezes de morte, tudo para que um panorama econômico brasileiro e português pudesse ser estabelecido. Entretanto, os negros vieram a aprender a lidar a terra, e com esta lida através dos anos, tornaram-se agricultores, conhecendo do desdobramento de cada produto e evoluindo no conhecimento das plantas nativas, podendo muito melhor se sobressair no meio da mata e dela se tornar parte natural, retirando da mesma seu meio de sobrevivência.

## 2.2 O NEGRO E A RELIGIÃO

Ignoram-se as concepções da participação efetiva da religião na escravidão no Brasil. Já no século XV, com o início das expedições em busca de

---

<sup>6</sup> CHIAVENATO, Julio Cesar. **O negro no Brasil**. São Paulo, p 32,35,37,40,41.

novas terras, praticadas pelos países europeus, a Igreja exerceu relevante participação, sendo que, em 1454, a figura do Papa Nicolau V fortificou o ressurgimento da escravidão nas colônias conquistadas e, através da assinatura da bula "Romanus Pontifex", deu exclusividade aos portugueses nos negócios da África, permitindo a apreensão de pretos e seu envio para o reino. Com a justificativa de que o negro não tinha alma, a Igreja católica abonou a escravidão do negro africano, e, devido a este conceito, aflorou como consequência a escravização e morte de milhões de negros pelo mundo inteiro. No Brasil era comum encontrar os serviçais negros desempenhando suas atividades de escravos nas sedes das congregações e até nas casas paroquiais e propriedades do clero. Negros acompanhavam os sacerdotes em seus deslocamentos carregando-lhes as pesadas bagagens, bem como conduzindo seus "cotchens", preparando o banho sacerdotal e tantas outras atividades que o seu senhor determinasse, não se distanciando das questões daquela época, pois como ainda hoje o é, as normatizações advinham de Roma e se o Papa, que era o representante divino na terra, o responsável pela coroação dos reis e unção dos heróis, vinha a considerar os negros como desalmados e necessitados de mortificação para a purificação de sua alma, no Brasil a acolhida era a mesma, o clero por muitas vezes se mostrava até mais hostil em algumas regiões, pois que os negros se manifestavam mantenedores dos costumes trazidos da África, sendo relutantes em absorver os dogmas catequéticos da religião européia.

Prova incontestável de que no Estado do Paraná houve escravidão e ainda que tal era do exercício do clero, encontra-se no município de Castro, bem próximo à localidade de Castrolanda, costeando a rodovia do cerne, aproximadamente dezesseis quilômetros do município, a fazenda Capão Alto, fundada pelos irmãos Carmelitas, que ali se alojaram trazendo consigo treze escravos pretos, os quais realizavam os afazeres da fazenda na proximidade do rio Iapó. Conta-nos a história que os irmãos carmelitas tiveram que retornar para a sede de sua congregação deixando os negros na fazenda. Esses, religiosamente formados, todas as manhãs, seguindo o costume dos seus senhores religiosos, se reuniam no santuário, e ali ajoelhados todos, um deles, apontado pela "Santíssima Mãe", a qual elegia um por semana, era indicado para ouvir as tarefas que a santa lhes repassaria, tarefas essas que todos deveriam desenvolver durante o dia. Assim se passaram quase cem anos até que a fazenda foi vendida, e os negros, que comercialmente eram

treze, mas que com o passar de aproximadamente um século, houve um bruto aumento na comunidade ali existente sendo encontrado em meados do século XIX, aproximadamente duzentos negros na fazenda, os quais já se viam despojados das características de cem anos atrás e com cultura diferenciada, evolução na agricultura, ainda detendo o costume de rezar aos pés da Santa, mas que criados em liberdade, vindo a se revoltarem contra o regime que lhes queriam impor. Para a captura e condução dos treze negros foi recrutada força policial de Curitiba a fim de conter os revoltosos, ocasionando um confronto e conseqüente prisão de alguns negros, sendo encaminhados para São Paulo e muitos outros vieram a fugir para as matas, possibilitando crer na formação das comunidades quilombolas da região.

## 2.3 O PAPEL DO NEGRO EM COMBATES REGIONAIS NO BRASIL.

Nas Minas setecentistas os homens pardos e negros estariam agrupados, basicamente em quatro espécies de milícias: as companhias auxiliares de infantaria; as companhias de ordenanças de pé; os corpos de pedestres e os corpos de homens-do-mato. Essas milícias foram institucionalizadas nas Minas a partir dos primeiros anos de mil e setecentos e foram vistas de maneiras distintas pelas diversas autoridades portuguesas.

Um dos grandes marcos das milícias negras e pardas na América Portuguesa foi a reestruturação militar ocorrida em 1766. Ela seria resultado das reformas militares do Conde de Lippe em Portugal e da necessidade de se reforçar os efetivos militares em função dos conflitos com os espanhóis. A partir da reestruturação militar, a reunião das companhias auxiliares de infantaria de homens pardos e pretos libertos receberia a missão de controle e guarda das comunidades. Quem comandava o terço recebia o título de mestre-de-campo. Quando uma companhia de homens pardos ou pretos libertos, por especificidade da missão a desempenhar ou pela distância em que se encontrava, não pudesse ser reunida ao terço, receberia a denominação companhia franca. A partir do século XIX a estrutura tática do conjunto de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos e pretos libertos passaria do terço para regimento e a designação mestre-de-campo seria substituída por coronel. As companhias auxiliares de infantaria de pretos e pardos libertos poderiam atuar tanto na destruição de quilombos e repressão aos índios,

quanto na defesa das fronteiras marítimas e terrestres em auxílio às tropas regulares.

O comando de diversas companhias de ordenanças de pé, de homens pardos e pretos libertos era exercido por um capitão-mor, homem branco, poderoso e de considerável cabedal econômico. Em cada companhia haveria um capitão e um alferes, responsáveis pela disciplina e organização do corpo militar. Se a milícia fosse composta por soldados e cabos negros, os seus oficiais seriam negros; no caso de serem pardos, seus capitães e alferes seriam pardos. As ordenanças atuavam localmente para preservar a tranqüilidade e o sossego públicos. Suas principais missões estariam relacionadas aos confrontos com os quilombolas e índios bravos. De forma semelhante aos corpos auxiliares, não recebiam soldos, armamentos ou equipamentos. Por seu turno, o corpo de pedestres era formado por negros, pardos libertos e por escravos. Pela vasta experiência eram requisitados como guias nas expedições militares. Tinham seus soldos e jornais pagos pela Fazenda Real e eram comandados por capitães pardos.

Por fim, os homens pardos, negros libertos e escravos também se inseriam nos corpos de homens-do-mato. Eles não recebiam soldos, fardamentos, equipamentos, armamentos ou alimentação da Real Fazenda. Eram recompensados através das donativos pagos pelos proprietários dos escravos fugidos.

A fechar o quadro das milícias negras nas Minas setecentistas defronta-se com o corpo de homens do mato. Essa designação possibilita uma reflexão na qual os responsáveis pela captura dos negros fugidos e destruição dos quilombos podem ser estudados como um corpo, e não como atores sociais que agem isoladamente.

No decorrer do século XVIII os homens-do-mato ficaram conhecidos por: capitães-do-mato, capitães-majores-do-mato, capitães-do-campo, capitães-das-entradas, capitães-de-assalto, capitães-das-entradas-do-mato e capitães-das-entradas-e-assaltos.

As denominações variavam no tempo e no espaço. Hierarquicamente os homens-do-mato estavam divididos em: capitão-mor-do mato, sargento-mor-do-mato, capitão-do-mato; cabo-do-mato e soldado-do-mato.

Suas ações ocorreriam fora dos centros urbanos e atuavam de forma integrada com as ordenanças.

Os locais de atuação do corpo de homens-do-mato, de pedestres, bem como o das companhias de auxiliares e ordenanças de homens pardos e pretos

libertos eram os matos, rios, picadas e sertões, onde eram levados a enfrentarem os quilombolas.

José Inácio, assim como muitos outros de seu tempo, era um homem negro a perseguir, prender, mutilar, degolar e matar negros quilombolas ou simples fujões em troca de recompensas. Caçar negros fugidos abria acesso à posse de terras, além de estar relacionado ao aumento da população da fronteira e defesa territorial.

O homens-do-mato escravos, pardos e negros, através das patentes e demais cargos buscavam suas liberdades e uma certa mobilidade dentro do sistema militar.

## 2.4 A ESCRAVATURA NO ESTADO DO PARANÁ

Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como as que compreendem o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo.

A lei de 1851, pela qual a província do Rio Grande organizou a colonização no seu território, proibiu a entrada de escravos nos distritos coloniais. Em 1881, no momento em que a escravatura se agonizava no Brasil, quando o recrutamento dos negros se tornava cada vez mais difícil e os raros plantadores de São Paulo, rebeldes ao princípio do trabalho livre, não tinham outro recurso senão comprar os negros no norte do Império, discutiu-se na assembléia provincial do Paraná se conviria ou não proibir a importação de escravos na província. Semelhantes precauções eram supérfluas. Não foram leis nem regulamentos que evitaram, aos primeiros colonos das províncias meridionais, a concorrência de escravos. Segundo Ferrarini (1971, p. 87) “a escravatura não podia estabelecer-se de modo nenhum em terras onde a grande cultura era desconhecida”. E nem entrou ali depois. Julgou-se, por um momento, em 1895, na época da expansão do café, que a grande cultura paulista, transpondo a fronteira, invadiria uma parte do estado do Paraná, e pelo menos o alto vale do Paranapanema, limite com São Paulo, mas a crise deteve-lhe os progressos, e o domínio da pequena propriedade no Brasil meridional não foi cerceado.

Assim, os fatos de emancipação dos escravos no Paraná foram em muito facilitados, não só pela índole do paranaense, como pela sua vida econômica. O número de "Criolos" no Paraná, era muito maior que nos outros estados e províncias do país em comparação com os negros africanos.

Em Curitiba, segundo o "Dezenove de Dezembro" de 28 de setembro de 1884, existiam, nessa data, 200 escravos. O escravo era caro e somente o brasileiro abastado é que poderia possuí-lo. Um "escravo bom" orçava em oitocentos mil réis, sendo empregado, no meio rural, para a colheita de mate, mas eram quase tão preguiçosos quanto os seus donos, e passavam o dia inteiro deitados dentro de casa.



### 3 LEIS ABOLICIONISTAS

A escravidão continuava a ser a principal forma de trabalho no Brasil durante o século XIX, tanto nas áreas agro-exportadoras como naquelas dedicadas à cultura de subsistência. Esse apego à escravidão devia-se ao fato de que os escravos eram os únicos que trabalhavam quer nas cidades, quer no campo.

O fim da escravidão no Brasil foi um processo lento e gradual ocupando praticamente todo o Século XIX. Após a independência em 1822, a Inglaterra pressionou o governo brasileiro, o qual se comprometeu a acabar com o tráfico em 3 anos. Em 1850, o país cedeu à pressão inglesa e proibiu o tráfico.

- 1815 - Tratado anglo-português, no qual Portugal concorda em restringir o tráfico ao sul do Equador;
- 1826 - Brasil compromete em acabar com o tráfico dentro de 3 anos;
- 1831 - Tentativa de proibição do tráfico no Brasil, sob pressão da Inglaterra;
- 1838 - Abolição da escravidão nas colônias inglesas;
- 1843 - Os ingleses são proibidos de comprar e vender escravos em qualquer parte do mundo;
- 1845 - A Inglaterra aprova o Bill Abeerden, que concede à Inglaterra o poder de apreender os navios negreiros com destino ao Brasil;
- 1850 - É aprovada sob pressão inglesa a lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico negreiro no Brasil;
- 1865 - A escravidão é abolida nos Estados Unidos (13ª. emenda Constitucional)
- 1869 - Manifesto Liberal propõe a emancipação gradual dos escravos no Brasil;
- 1871 - Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco 1885 - Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe;
- 1888 - Lei Áurea.

#### 4 CONSEQUÊNCIAS DA ABOLIÇÃO

Os acontecimentos internacionais de 1860, com a libertação dos escravos no Império português, francês e dinamarquês e principalmente o fim da escravidão nos EUA, deixavam a Monarquia em situação desconfortável. Em 1866, a sociedade abolicionista de Paris pediu ao Imperador D. Pedro II que acabasse com a escravidão. Para o monarca, a medida era problemática, já que a sustentação do regime dependia dos senhores de escravos.

A abolição era defendida pelos que viam nessa instituição as razões do atraso do país. Abolicionistas como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama e Antônio Bento defendiam o fim do cativeiro e a reforma agrária para o país. Joaquim NABUCO, na campanha abolicionista afirmava entre outras coisas que a escravidão no Brasil era "a causa de todos os vícios políticos e fraquezas sociais; um obstáculo invencível ao seu progresso; a ruína das suas finanças, a esterilização do seu território; a inutilização para o trabalho de milhões de braços livres; a manutenção do povo em estado de absoluta e servil dependência para com os poucos proprietários de homens que repartem entre si o solo produtivo".

O fim do tráfico condenava a escravidão ao fim, pois, devido às difíceis condições de vida e de trabalho, os castigos e a alta taxa de mortalidade, impedia-se a reprodução interna dos escravos.

Após a escravidão, muitos abandonaram as fazendas onde viviam, empregando-se em outras. Outros abandonaram o campo pela cidade, onde a maioria continuou a viver em condições miseráveis.

O fim da escravidão em 13 de Maio de 1888 foi o momento crucial de um processo que avança em duas direções: primeiro, que o homem negro é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado: segundo, que o mesmo homem negro é retirado dos porões dos navios e senzalas e lançado para os porões do capitalismo nacional. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não.

Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas passaria a vivê-lo como estigma na cor da sua pele. Entre as consequências dos séculos de escravidão no Brasil desenvolveu-se um quadro de exclusão dos negros.

O Brasil foi a última nação independente a decretar o fim da escravidão, o

que só ocorreu, em larga medida, devido à pressão internacional, mais precisamente dos ingleses.

Entregar à morte foi, realmente, a solução adotada após o 13 de maio de 1888. Cerca de dois milhões de brasileiros simplesmente atirados à rua. Sem meios de se alimentarem, vestirem-se e até de moradia. Alguém que possua dignidade e entendimento, diante deste espantoso fato histórico, não pode chegar à outra conclusão: quiseram liquidar a raça negra no Brasil, como fizeram mais tarde os nazistas com os judeus. Talvez com um requinte maior de sadismo, desumanidade e covardia, basta refletir: quase quatro séculos de sujeição e espoliação total. Destruída sua família, sua tradição. Embrutecido de mente, desnutrido. Assim foi. E eis chegada a liberdade da Lei Áurea: a liberdade de não comer, não morar, não vestir. A liberdade de não viver. A liberdade de sobreviver, de sub-viver e de morrer.

Analisando nossa realidade de hoje, quase se pode dizer que a Lei Áurea fora assinada ontem. A situação do negro livre pouco se modificou nos mais de cem anos de abolição: baixo status social, educacional, econômico, político, sanitário, é o elenco de frustrações transformado num forte potencial de justos ressentimentos da raça.

Assim, o problema “negro” dentro de todos os seus aspectos tem que ser considerado específico e, portanto, merece um tratamento à parte, como a própria evidência o demonstra sem a necessidade de se entrar no campo vastíssimo da análise prismática, teça-se um julgamento sincero sobre o que se passa com a gente negra no Brasil.

## 5 QUILOMBO NO BRASIL

O conceito de Quilombo designa os territórios onde se organizavam os negros africanos que se insurgiam contra a situação degradante, ocasionada pela escravidão, constituindo hoje em são territórios de resistência cultural, sendo habitados por remanescentes que, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se auto-determinam comunidades negras de quilombos, dados aos costumes, às tradições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional.

Segundo Maria de Lourdes Siqueira, em sua obra *Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares*, atualmente, as organizações denominadas de Comunidades Remanescentes de Quilombos são o resgate do núcleo de resistência ao colonialismo, à escravidão e denominação ocidental-européia, buscando apontar o significado dessa memória de nossos antepassados e sua continuidade afro-brasileira, na sociedade contemporânea.

Os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil em resistência ao sistema colonial-escravagista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes movimentos histórico-culturais,<sup>7</sup> se destacando por possuir liderança, inspiração e orientação político-ideológico de africanos escravizados e de seus descendentes no Brasil.

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes divisões: vivência de poucos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo: formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização social-econômico- política própria, sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. ( NASCIMENTO, Obra, 1980, p. 32)

Os Quilombos se formavam pela constante busca da liberdade, constituindo-se primeiramente por reunião de grupos com esse objetivo, vindo a se compor por sociedades livres, buscando uma justiça e soberania, deixando a situação de opressão e degradação escravagista em busca de igualdade e felicidade. Assim, para se opor aos senhores e manter tal situação, eram

---

<sup>7</sup> Durante o período escravagista, os negros participaram de diversas batalhas, tanto regionais quanto nacionais, tais como a Guerra do Paraguai, Revolta de Malês e outras.

estruturadas políticas e militarmente, estruturas essas nascidas dos levantes, movimentos de insurreição, revoltas armadas, visando a queda do sistema escravocrata, tomando a forma de quilombos, à semelhança de Palmares.

Foram eles surgindo em diferentes pontos do Brasil, sempre onde ocorriam o desrespeito, opressão, domínio, negação da liberdade. Assim, com o passar do tempo, houve uma evolução estrutural e política na conformação dos quilombos, sendo solidificado através da manutenção de suas tradições quilombolas que se traduzem em valores, costumes, mitologia, ritos, formas organizativas familiares.

Os quilombos viviam nas florestas, nas matas, nas montanhas e, ao mesmo tempo, em contato com a sociedade envolvente que os rodeavam, os vigiavam, controlavam e perseguiam, sendo assim fortificava e ganhando proporção, fortalecendo a crença na riqueza das diferenças étnicas e culturais que constitui a sociedade brasileira atual.

Não se permite realizar uma reflexão sobre os quilombos no Brasil sem se reportar ao Quilombo de Palmares, tido como a fortaleza da nação afro-brasileira e marco da luta dos negros pela liberdade e vida em sociedade, com a preservação da tradições de seus ancestrais.

No período de 1670 a 1687, Palmares fora governado por “Ganga-Zumba”<sup>8</sup> o qual vivia na fortaleza quilombola do Macaco, fundada em 1642. Grande guerreiro e articulador, Ganga-zumba fora o rei de Palmares, agindo com mãos de ferro e poder de negociador com as autoridades coloniais e governadores da época, os quais não cumpriram o um acordo de paz, vindo a r invadido o quilombo o quilombo oficial em Cacau, causando-lhe grande destruição, possibilitando a aclamação de “Zumbi” como rei de Palmares, que coordenou com firmeza a luta mais emblemática dos quilombos da América.

---

<sup>8</sup> **Ganga - Zumba**, ou Grande Senhor, foi o primeiro líder do quilombo de palmares, governando entre 1670 e 1678. Foi o antecessor de seu sobrinho Zumbi.

## 6 O PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA

Em 2003, a Ministra Matilde Ribeiro<sup>9</sup>, quando participara de uma reunião em um Quilombo no município de Itapecuru-mirim, no Estado do Maranhão, ouviu de uma senhora a narrativa de não saber falar direito em função de não ter aprendido a ler ou escrever e que não se sentia muito feliz com isso, pois estava diante de uma, mulher como ela, porém muito culta e que comparando a cultura da ministra com a sua se considerava uma pessoa inferior, assim também considerando o seu povo.

Tal comportamento veio a refletir a dura realidade de quem é vítima de exclusão social em nosso país, retratando a história do dia-a-dia de milhares de quilombolas que sofrem pela falta de comida, terra, atenção, que cantam seu lamento em cantigas de roda, rezas e ladainhas ou em simples conversas no quintal, forçando a criar através do Governo, órgão responsável pela proteção do povo brasileiro, o programa Brasil Quilombola, o qual tem a finalidade de estabelecer uma metodologia pautada em um conjunto de ações, possibilitando o desenvolvimento sustentável dos quilombolas.

O programa deve preservar as especificidades históricas das comunidades, bem como garantir aos cidadãos os direitos básicos de vida digna. Assim, alimento, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, documentação, previdência social, serviços de infra-estrutura, e o que é de fundamental importância, já que a sobrevivência na maioria dos casos é de cultura agrícola, a garantia do direito à titulação e a permanência na terra entre outras políticas destinada à população brasileira.

Inicialmente se viu necessária uma atuação conjunta com organismos do Governo Federal, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Cultura/Fundação Palmares, entre outros ministérios vinculados ao decreto 4887, de 20 de novembro de 2003.

A coordenação deste programa está a cargo da SEPIR, a qual tem a obrigatoriedade de realizar visitas técnicas para levantar das necessidades prioritárias, identificar as ações e/ou projetos que cada assessoramento direto e imediato ao Presidente da República<sup>10</sup>, em parceria com a população e lideranças

<sup>9</sup> Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (EPIR)

<sup>10</sup> Revista "Programa Brasil Quilombola" da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –

quilombolas, enquanto protagonistas do processo de desenvolvimento poderão efetivamente implementar programas de inclusão social, assim a SEPPIR busca construir uma política de governo que atenda aos interesses da população negra e outros seguimentos étnicos formulando, coordenando e supervisionando as políticas de promoção da igualdade racial de diferentes ministérios, articulando e promovendo a execução de programas de cooperação com organismos públicos e privados.

Por meio da subsecretaria de políticas para Comunidades Quilombolas , coordena o Programa Brasil Quilombola, uma iniciativa do Governo Federal que tem por objetivo implementar diretrizes fundamentais da ação governamental, enquanto política de Estado, para as áreas remanescentes de quilombos. O conjunto de ações está previsto nos recursos constantes na lei orçamentária anual do plano plurianual de ações previstos nos recursos constantes na lei orçamentária.

## 6.1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

O procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de CRQ, de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está regulamentado pela Instrução Normativa nº 16, datado de 24 de Março de 2004, do INCRA e determina a execução de 16 procedimentos.

- a) Requerimento ao INCRA para abertura do processo administrativo para titulação da terra;
- b) Caracterização dos remanescentes das Comunidades de Quilombo, atestado mediante auto-definição da comunidade nos termo do Artigo 2º do decreto 4.887/2003;
- c) Emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescente de Comunidades de Quilombos pela Fundação Cultural Palmeares, nos termos do § 4º do Art. 3º , do Decreto 4887/2003;
- d) Realização de reuniões com a comunidade e o Grupo Técnico Interdisciplinar, nomeado pela Superintendência Regional do INCRA, para apresentação dos trabalhos e procedimentos que serão adotados para a definição

do território reivindicado;

e) Identificação dos limites das terras a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, estudos técnicos e científicos, relatórios antropológicos, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, com elaboração a cargo da Divisão Técnica da Superintendência Regional do INCRA;

f) O início dos trabalhos de campo deverá ser procedido de comunicação prévia a eventuais proprietários ou ocupantes de terras localizadas no território pleiteado, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

g) Publicação do resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da Unidade federativa, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área estudada;

h) afixação do resumo do Relatório Técnico na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel;

i) Notificação, pela Superintendência Regional do Incra, dos ocupantes e confinantes, detentores de domínio ou não, identificados no território pleiteado, informando-os do prazo de 90 dias após a publicação do Relatório Técnico para apresentação de contestações;

j) Envio simultâneo do Relatório Técnico de Identificação e delimitação aos órgãos e entidades abaixo relacionadas, para, no prazo comum de trinta dias, apresentarem manifestações sobre as matérias de suas respectivas competências: IPHAN, IBAMA e sua correspondente na administração Estadual, Secretaria do Patrimônio da União, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, FUNAI, Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, Fundação Cultural Palmares;

k) Incidindo Título de domínio particular no território apresentado pelo Relatório Técnico, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção de atos necessários à sua aquisição;

l) Incidindo posse particular de domínio da União no território apresentado pelo Relatório Técnico, será feita a abertura de processo administrativo para a retomada da área em nome do poder público;

m) Não havendo impugnações ou sendo elas identificadas, mediante aprovação em assembléia, a Superintendência Regional concluirá o trabalho de titulação;

n) outorga de título coletivo e pro-indiviso às comunidades, em nome de sua associação legalmente constituídas;



o) Expedição de títulos de registro cadastral s ser procedido pela Superintendência Regional do INCRA;

p) Verificada a presença de ocupantes nas terras do remanescentes das comunidades de quilombos, a Superintendência Regional do INCRA providenciará o reassentamento das famílias de agricultores que preencherem os requisitos da legislação agrária.

## 6.2 ASPECTOS CONSTITUCIONAL E LEGAL

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no seu art. 1º, dispõe que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos. O art. 2º ainda assevera que todos os seres humanos estão aptos a exercer os seus direitos sem distinção de nenhum tipo ou gênero, seja por raça, cor, sexo, língua, orientação política etc.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra aos remanescentes das comunidades de quilombos o direito à propriedade de suas terras, sendo considerado um importante instrumento jurídico para fundamentar a construção de uma política fundiária, baseada no princípio de respeito aos direitos territoriais dos grupos étnicos e minoritários.

Assegura tal dispositivo que as comunidades que ainda estejam ocupando suas terras, a elas é reconhecia a propriedade definitiva, imputando ao Estado a emissão de títulos respectivos.

Estas comunidades, também tiveram garantido o direito à manutenção de sua própria cultura por meio dos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal. O primeiro dispositivo determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras. Já o artigo 215 considera patrimônio cultural brasileiro a ser promovido e protegido pelo Poder Público, os bens de natureza material e imaterial - o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais estão as comunidades negras. A interpretação conjunta e harmoniosa desses dispositivos cria uma nova realidade jurídica: as terras

quilombolas devem ser consideradas como “Território Cultural Afro-brasileiro”<sup>11</sup>, um bem cultural nacional a ser protegido pela sociedade brasileira.

Para a consolidação do marco regulatório desta política, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial que permitiu traçar diretrizes gerais para o Programa Nacional de Quilombos, indicando as ações necessárias para a garantia dos direitos sociais e de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos.

O decreto federal nº. 4887, de 20 de novembro de 2003, assegura a propriedade das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, as quais são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, econômica e cultural, estipulando em seu Artigo 20 que para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes, tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.

Reza também que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada, mediante auto definição da própria comunidade como quilombola e para a medição e demarcação das terras serão levados em consideração, critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Apesar de algumas comunidades serem de localização centenárias em determinadas regiões e comprovarem suas propriedades através de documentos registrados, tiveram com o passar dos tempos, incidências de apropriações indevidas de suas terras por terceiros, com histórico de grilagem, vandalismo, depredações, maus tratos e homicídios, sendo, em muitos casos, expulsos de suas terras ou confinados a um pequeno e mísero espaço, onde são submetidos a condições sub-humanas de existência.

Com a proposta de titulação das terras para as Comunidades Quilombolas, os atuais posseiros ou proprietários vêem a possibilidade de perderem seu patrimônio e como o reconhecimento da propriedade se dá pela indicação dos remanescentes para a medição e demarcação, ameaçam os quilombolas e

---

<sup>11</sup> Portaria n. 06 de 01 de março de 2004 – Fundação Cultural Palmares.

perturbam a comunidade que, por cultura e modo de vida, são de natureza pacífica e de simplicidade extrema.

Por receio, muitos se calam, pois ainda não se encontram seguros o suficiente para enfrentar seus algozes<sup>12</sup>, mas já esperançosos, pelo envolvimento do Governo do Estado na busca do resgate dos direitos humanos e cidadania, os quais lhes foram tolhidos centenariamente.

Ainda, assoma o fato da incidência de arruaceiros, alcoólatras, vagabundos, ladrões nas comunidades quilombolas atuais, os quais aproveitam da humildade, simplicidade, medo e ignorância jurídica,<sup>13</sup> para realizarem suas atividades delituosas. Outras questões, como atentado ao direito de família, abusos contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente e ameaça aos líderes das comunidades, reforçam a necessidade de criação do patrulhamento comunitário quilombola.

---

<sup>12</sup> Na história do Paraná além dos poderosos fazendeiros, grileiros e capangas encapuzados, os quilombolas tiveram como algozes o Governo do Estado que empregava a polícia, a qual armada, deslocava para cumprir ordem de desocupação.

<sup>13</sup> A maioria dos quilombolas desconhecem os direitos legais, considerando que o analfabetismo é muito acentuado nas comunidades.

## 7 COMUNIDADE QUILOMBOLAS NO PARANÁ.

A presença do negro africano na América do Sul, mais precisamente no Brasil, situa-se na implantação do sistema Colonial, responsável pela expansão do capitalismo mercantil, sendo um dos fatores de acúmulo de valores e estímulo para as relações econômicas. “A escravidão moderna foi fruto do mercado.”

O atual Paraná está intimamente inserido neste contexto a partir do momento em que a economia vem a impor formas de uso do território e do trabalho, sendo que a primeira referência da presença de portugueses no território paranaense fora em 1585, com investida dos cativadores de índios contra a tribo dos “Carijó de Paranaguá”. A mão de obra escrava indígena, como é de conhecimento, não satisfizera aos escravocratas da época, lançado mão do trabalho escravo africano, coexistindo inicialmente com a indígena, mas vindo a aparecer com mais destaque no início da procura de ouro no litoral e posteriormente nas atividades do latifúndio pastoril.<sup>14</sup>

Em meados dos século XIX, as fazendas de criação de gado no Paraná se encontram articuladas, criando uma teia de relações ente afro-descendentes africanos escravizados e/ou libertos nas diferentes fazendas, o que ajuda a compreender os indícios da presença de escravos em locais onde, no século XIX, existiam fazendas com mão de obra escravizadas como Palmas, Candói, Castro, Guarapuava, Lapa, Ponta Grossa, Campo Largo e suas cercanias, demonstrando que os afro-descendentes foram parte constitutiva da população paranaense, sendo matriz de suas realizações culturais.

### 7.1 FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS PARANAENSES

Com o surgimento das comunidades negras nasceram formas de uso do território e do meio ambiente, baseadas em tradições das relações de trabalho, cultura e economia de Comunidade. Com o fim progressivo da escravidão e a crise do tropeirismo, os afro-descendentes continuaram as atividades costumeiras, tais como o plantio, criação de animais, colheita de erva-mate, sendo que muitos se

---

<sup>14</sup> Importante salientar que nesta época, povos da África possuíam conhecimento especializado em mineração, metalurgia, agropecuária( uso da enxada, pastoreio de animais, uso de engenhos, etc)

tornaram produtores independentes.

A presença afro-descendente na região tornou-se muito significativa e de grande relevância, forçando o presidente da província a vetar a venda ou concessão de terras públicas aos chamados “nacionais” na instalação de colônias no Paraná ao final do século XIX, firmando o empreendimento colonizador como um projeto persistente o que fora seguido pelo governo imperial, no qual fora investidos recursos de grande monta, assegurando aos colonos pagamento de transporte, facilidade de instalações, manutenção, concessões de terras, de forma jamais vistas, ou oferecidas para os nativos ou “caipiras”<sup>15</sup>, os quais formavam grandes massas marginalizadas pelo latifúndio.

Já o processo da ocupação negra no Vale da Ribeira, está ligado à expansão da mineração rumo ao Rio Ribeira nos séculos XVII-XVIII, sendo deslocados para o local os colonizadores em posse de escravos africanos, principalmente de Guiné, Angola e Moçambique, originando os primeiros núcleos de povoamento rio acima.

Com a queda de produção do ouro, e a libertação de escravos que garimpavam de forma clandestina,<sup>16</sup> iniciou-se uma gradual incrementação na agricultura, principalmente na cultura da cana, mandioca, café, feijão, milho e arroz, o que forçou para a instalação de povoados à margem do rio Ribeira, marcando o aumento da população escravizada no povoado por volta do ano de 1832, ocasionando freqüentes fugas pela possibilidade que o vale fornecia de difícil acesso, sendo ainda inexplorado e farta condição agrícola, surgindo assim comunidades protegidas das investidas dos escravocratas, possibilitando a formação dos quilombos.

A partir desta territorialização negra surgiram comunidades nas proximidades do Rio Pardo, hoje município de Adrianópolis, tais como João Surá, Porto Velho, São João Córrego das Moças, Córrego do Franco, Três Canais, Praia do Peixe e Sete Barras.

Quanto à ocupação do extremo oeste pelas comunidades negras, há indícios de que a formação destas nos municípios de Guaíra, São Miguel do Iguaçu,

---

<sup>15</sup> Caipira – Designação dada aos que habitavam as propriedades rurais, e se mantinham numa cultura de sub-existência agrícola familiar, lidando com a terra com instrumentos de arado animal, enxada, foice, etc..., sendo que partes destes eram afro-descendentes.

<sup>16</sup> Alguns escravos escondiam o produto de seu trabalho em garrafas e gomos de bambu, visando possivelmente a compra de sua liberdade junto a seus senhores.

tenha se dado pelo trânsito de gaúchos através da Bacia do Prata em direção do Mato Grosso para a extração e comercialização de erva mate e/ou fuga das guerras da Bacia do Prata do final do século XIX. A migração de contingentes de famílias negras de outras regiões para trabalho em obras públicas, vinculadas a questão das fronteiras e a forte presença negra e a formação dos quilombos na região do sul do Mato Grosso, fronteira com a região de Guaíra.

## 7.2 REALIDADE SOCIAL ATUAL

Não se pretende polemizar a atual situação que se encontram os cidadãos paranaenses, que vivem nas comunidades quilombola, mas convém despertar para a mesma, voltando-se ao que se preceitua a Constituição Federal relativa aos direitos individuais e coletivos da pessoa humana, enquanto cidadão brasileiro, senhor de direitos e deveres.

Nada tem de nacionalismo verificar que em pleno século XXI, tamanha desconsideração ao ser humano, condição sub-humana de sobrevivência, miséria e o que é pior, descaso, contrariando os preceitos constitucionais, encobrendo uma realidade que se destaca aos olhos quando se embrenha nas estradas de terra, distante do centro urbano das pequenas cidades do interior do Estado, e também das não tão distantes da região metropolitana.

O histórico social das comunidades quilombolas se assemelha, pois que em sua grande maioria, encontram-se excluídas dos benefícios proporcionados pelo governo àqueles que detêm “status” de morarem bem. Falta de água tratada, falta de comida, falta de escola, saneamento, instrução nos diversos níveis, programa de saúde, proteção dos bens e direitos, ou seja, atualmente o que lhes restam e a preservação de sua cultura familiar, ética social e ligação com o passado.

Ressalta-se que o Governo do Estado, com o programa Luz Fraterna, tem levado energia elétrica aos mais longínquos pontos do Paraná, onde se encontra uma comunidade quilombola, buscando ainda estender os programas de inclusão social, mas que se iniciaram tão somente em 2005, portanto com pouco tempo e havendo ainda muito que se fazer para que se resgate a questão social e se atinja a maioria dos quilombolas paranaenses.

## 8 ALGUNS RELATOS HISTÓRICOS INDIVIDUAIS

O desconhecimento muitas vezes leva à ignorância e à inércia, e é assim que se tem agido em relação aos quilombolas do Paraná. Tomado conhecimento da existência, pouco ou quase nada se tem feito, pois que a equipe de trabalho é pequena e se tem detectado o surgimento, através do reconhecimento cadastral, de tantas outras comunidades, as quais engordam o relatório inicialmente elaborado, vindo a suscitar mais desprendimento por parte do Governo e uma demora na busca de resultados.

Para se ter um reflexo, não se conseguiria expor no seu todos os fatos que vieram a castigar todas as comunidades, tanto que ainda não se concluíram as pesquisas quanto ao número exato de comunidades, mas que alguns depoimentos achados merecedores de conhecimento aqui se expõem no intuito de internalizar a necessidade de acolhida destes cidadãos paranaense estendendo-lhes a proteção policial permanente.

### 8.1 COMUNIDADE PORTO VELHO DE ADRIANÓPOLIS

João Murato de Almeida, morador da comunidade de Porto Velho, nasceu em 03 de março de 1925, é casado com Dona Clara há 58 anos e teve 18 filhos. Conta que sua família está sobre a terra há 250 anos, que seus antepassados eram escravos e que sempre os ouviu contar histórias de sofrimento, de trabalho sem nenhuma remuneração, somente para cumprir a lei. Essas terras, segundo "seu João", iniciariam na Volta Grande, iriam até perto da primeira casa antes da Igreja, seguindo até o rio Ribeira e toda a parte da serra até o rio Bracinho.

Seu João diz que nasceu e se criou nesta comunidade e que antigamente não existia condução, tudo era feito por canoa. As mercadorias necessárias vinham de Apiaí e desembarcavam no porto próximo à Igreja no Rio Ribeira. Todos pagavam impostos para o transporte e as viagens com trabalho, roçando a estrada, por exemplo.

Em 1940, o INCRA foi medir as terras e quiseram tirar os negros do local para que essas terras fossem repassadas para outras pessoas. Disseram que os solteiros não teriam direito à terra, somente os casados. Muitos dos negros saíram

então das terras e venderam-nas para o um tal de "Nino". Havia um funcionário do INCRA, o sr. Antônio Gonçalves das Neves, que cobrava dos negros para titular a terra.

Seu João diz que permaneceu na terra, plantou cana-de-açúcar, e quando o INCRA repassou as terras para outra pessoa, esta exigiu que a plantação fosse retirada, fazendo com que seu João perdesse, além da terra, toda a sua plantação.

## 8.2. COMUNIDADE JOÃO SURÁ DE ADRIANÓPOLIS

Contam os moradores que a comunidade recebeu este nome devido à existência de uma cachoeira nas proximidades conhecida como Cachoeira João Surá, o qual era um pescador que morreu no rio Ribeira. A história de ocupação das terras é desconhecida, mas os moradores dizem que seu ancestral era um "amansador de índios", que se utilizava de estratégias de aproximação como distribuição de doces ou instrumentos musicais para estabelecer vínculos de convivência e amizade.

As terras da comunidade são tituladas pelo INCRA e 16 das famílias detêm o título de, aproximadamente, 180 alqueires de terra.

Os moradores contam que as festas religiosas são muito importantes nas comunidades e as mais conhecidas são a Festa de Santo Antônio e a Festa do Divino.

Para a festa de Santo Antônio são reservados três dias, pois o pessoal começa a chegar no dia 11 de junho para os preparativos, no dia 12 fazem a novena e no dia 13 acontece a missa.

Já na Festa do Divino, que também acontece no mês de junho, as novenas são feitas de casa em casa. A Bandeira do Divino visita cada casa, "pousa" nesta casa, cujo morador oferece janta, café da manhã e almoço para os visitantes, que só irão seguir para a próxima casa após o almoço e assim sucessivamente. O momento da chegada da Bandeira é de grande festa, com foguetes e cantoria. Todas as doações arrecadadas durante as visitas são anotadas num caderninho e assim seguem duas a três canoas carregadas com as prendas. No dia da Festa do Divino há um leilão com os animais doados pela comunidade, bingo, e muita comida (porco assado, espetinho, etc.) . Toda a renda da festa vai para a Igreja.



Havia ainda na comunidade a Festa de São Gonçalo, que não tem dia marcado para acontecer, e que foi proibida pelo Padre Stanislaw. Este padre convenceu todos os moradores a fazerem um juramento, prometendo que não iriam mais fazer a festa.

### 8.3 BAIRRO DOS ROQUE DE ADRIANÓPOLIS

Numa área de 32 alqueires situa-se o bairro dos Roque. Mesmo estando nesta terra há mais ou menos 150 anos, os moradores tiveram que comprar suas terras para poder registrá-las em cartório.

Contam os moradores da comunidade São Roque que uma das festas mais importantes da comunidade era a Festa de São Gonçalo, quando toda a comunidade se reunia para fazer cantoria, acompanhada pela Bandeira do Divino. Havia o "mestre", seu José Cordeiro de Matos, o "contra-mestre", seu Antônio Aparecido de Matos, o "guia" ou "mestre-sala" seu Sebastião de Andrade, e ainda duas "cantadeiras" (a 1ª e 2ª voz, que ajudavam o mestre e o contra-mestre na entoada). Para acompanhar a cantoria dançando nove homens e nove mulheres, no mínimo, pois o número de pares depende da promessa feita ao santo.

Outro morador do bairro, seu Paulo Andrade Filho, conta que os negros que ali se estabeleceram eram escravos de uma mina em Apiaí. Seu Paulo diz que na Igreja em Iporanga, São Paulo, há inclusive o registro de quanto ouro foi retirado desta mina na época. Conta também que existe uma folha de partilha das terras datada de 1822, documento que está no cartório de imóveis na cidade de El Dourado, em São Paulo.

### 8.4 COMUNIDADE SUTIL DE PONTA GROSSA

Pelos relatos locais, conta-se que o nome "Sutil" surgiu em homenagem ao tropeiro Benedito Subtil, de Sorocaba, que por muitos anos hospedava-se no local com os negros.

Dona Vani Ferreira Batista, 58 anos, acredita que o grupo já está há mais ou menos 300 anos nesta terra, pois somente a sua família já está ali há 6 gerações

(seus tataravós, bisavós, avós, pais e seus filhos). Mas o nome da localidade que consta no cartório era primeiramente Vilinha Papagaios Novos, depois passou a chamar-se Palmeiras e atualmente é registrada com o nome de Guaragi.

Seu Antônio, descendente de africanos, conta que sua avó era nigeriana, mulher alta e magra. Ele diz que o dono da fazenda doou as terras para os negros após a libertação dos escravos. Seu Gonçalves e seu Ferreira foram as pessoas que receberam essas terras. Dessa família, conta seu Antônio, a senhora Maria Simões Ambrózia recebeu grande parte da terra, pois ela era a matriarca da maior família e filha de seu Gonçalves. Seu Antônio conta ainda que havia os invasores das terras dos negros, a família Klass (João, Alberto, Arthur, Arnaldo e Alfredo). Que estes compravam as terras dos negros através do Braz Rio Branco, intermediário das negociações, intrometendo-se na comunidade e tornando-se compadre de várias pessoas na comunidade. A terra dos negros compreenderia o espaço desde o Rio Tibagi ao Caniú e do Caniú a Santa Rita.

Seu Benedito conta situações de racismo que existiam antigamente na região, pois quando havia bailes, ou era só de "pretos", ou só de "italianos", ou só de "alemão". Os "pretos não podiam chegar nos bailes no "Tabuleiro", pois lá só entravam os polacos (poloneses), e no baile no "Lago" só os alemães. Seu Benedito conta ainda que isso se passou há mais ou menos 60 anos, mas que hoje em dia dança todo mundo junto. Os "russos", segundo seu Benedito, estão na região há 55 anos e que o contato com eles sempre foi para o trabalho.

Seu Benedito era o "professor" na comunidade por muitos anos. Conta que ia para a roça pela manhã e ficava até o meio-dia. Lavava o rosto cheio de terra nas águas do rio e até às 16:00 horas permanecia na escola. Durante quatro horas dava aula e depois voltava para trabalhar na roça até às 19:00 horas. Ele fazia esse trajeto até a escola à pé, numa caminhada de mais ou menos 5Km. Hoje em dia o seu Benedito vê a facilidade do ônibus que leva as crianças, jovens e adolescentes para a escola, mas elas voltam ao meio-dia e ficam sem ter o que fazer durante toda a tarde.

## 8.5 COMUNIDADE PALMITAL DOS PRETOS DE CAMPO LARGO

Hortêncio Ferreira Pinto, com 80 anos, diz que a comunidade foi formada

por famílias que vieram de várias regiões, como o seu Brasília e seu Librano José de Deus, que vieram da Comunidade do Sutil, em Ponta Grossa, os Ferreira Pinto, que vieram da Santa Cruz, também em Ponta Grossa e que algumas famílias vieram de Palmeira, das comunidades de Pugas e Bolo Grande.

Nesta mesma comunidade, a senhora Elenita, de 44 anos conta que se usava o guizo da cascavel para afugentar assaltantes e vigaristas, pois a mordida da cascavel é muito perigosa e depois que a pessoa é mordida não dá tempo de levar para o médico.

Dona Benedita, outra moradora de Palmital, diz que sua bisavó era negra e foi caçada no mato pelo seu bisavô para casar. Segundo ela, sua família está na terra há 250 anos e que os brancos foram chegando e comprando terras.

## 8.6 COMUNIDADE VARZEÃO DR. ULYSSES

Seu Donato Batista Monteiro, de 68 anos, conta que a comunidade surgiu há cerca de 200 anos, quando o Sr. João Alves de Souza recebeu as terras como pagamento de guerra. Ele fornecia carne para as tropas que passavam pela região e por isso recebeu a terra, que foi registrada em Castro (em torno de 1850). Inicialmente conhecida como Varzeão, a comunidade tornou-se mais tarde Vila Branca e em 31 de março de 1981 foi reconhecida como município de Dr. Ulysses. Mas a comunidade onde vivem os descendentes do seu João ainda permanece com o nome de Varzeão.

Seu Donato relata um fato bastante marcante na comunidade que foi a invasão e queima das casas, ocorrido em 1969. Dona Natália, esposa de seu Donato, hoje com 66 anos, conta que sofreu muito com seus sete filhos pequenos, passando a noite toda na chuva. Segundo seu Donato, a firma Moisés Lupion chegou na comunidade com 60 homens, policiais e oficial de justiça atirando e atacando para fazer "assombro" aos moradores e que alguns policiais jogavam tudo o que tinha dentro das casas para fora e outros já iam colocando fogo nos cantos das casas. Depois que queimaram as dezessete casas e o paiol da lavoura, ainda derrubaram a escola. Nesta mesma noite, houve um temporal muito forte e todos os moradores tiveram que passar a noite na chuva, com crianças "encarangadas" de frio.

Depois desse episódio, o tio de seu Donato, Antônio Rodrigues de Castro foi até Brasília e lá permaneceu por 14 dias para reclamar ao Presidente e pedir uma solução para o caso.

Como foi tudo destruído, os moradores tiveram que recomeçar, reconstruindo suas casas. Por algum tempo, as crianças ficaram sem escola, até que seu Donato foi falar com o prefeito Valter Juliano Dório, e elas puderam voltar a estudar, mesmo já tendo passado da idade.

Outro morador da comunidade, seu Luiz Rodrigues de Castro, atualmente com 95 anos, diz que tem terra para todo mundo, que não há necessidade de um ficar sufocando o outro. Ele reclama do plantio de “pinus” em volta do cemitério onde os negros estão sepultados. Para ele, isso é um desrespeito à história e à condição humana. Seu Luiz conta ainda que está tendo problemas, pois o caminho que ele percorria há mais de 40 anos na cabeceira do rio Tigre está sendo trancado com arame pelo sr. Valdomiro de Oliveira. Agora, para sair de sua propriedade, seu Luiz precisa atravessar montes, passar por dentro de água e pelas propriedades dos vizinhos.

Seu Luiz conta que em 1959, os fiscais da Fazenda, com carros de polícia, cangaceiros e jagunços chegaram e foram entrando nas casas, amarrando as pessoas, espancando e prendendo. Seu Luiz diz que seus cinco irmãos e ainda dois sobrinhos foram levados pelos policiais e quando foram chamar o seu Luiz, este tentou fugir. Então quando o pistoleiro gritou “não corra” e atirou na direção dele, seu Luiz diz que saiu rolando e foi para trás de uma capoeira. Achando que ele estivesse morto, os pistoleiros foram embora levando os outros até Capivari. Lá eles conseguiram fugir e ficaram escondidos no mato durante oito dias. Passada a época da política, a família conseguiu, pôr intermédio de um advogado, permanecer na fazenda.

## 8.7 COMUNIDADE DO CERRADODE DR. ULYSSES

Seu Otaciano Oliveira dos Santos Pereira, de 55 anos, diz ser descendente do João da Lança, que recebeu 6.000 alqueires como pagamento, como compensação, por ter fornecido carne aos soldados que passavam pela região durante a Guerra do Paraguai.

## 8.8 COMUNIDADE DE QUEIMADINHOS DE DR. ULYSSES

O nome Queimadinhos surgiu, segundo relato de seu Virgílio Jorge de Souza, de 66 anos, quando o primeiro morador da comunidade fez uma grande queimada. Seu Virgílio conta ainda que havia uma documentação das terras onde sua família vive há mais de 150 anos, mas que durante um incêndio acidental na casa de seu bisavô, o documento se perdeu. Essa história era relatada pela mãe e pela avó de seu Virgílio.

Outra história contada é do seu José Heitor de Souza, de 58 anos, que relata o fato de seu tio ter sido trocado por uma porca. Seu José diz que seu tio permaneceu com o "comprador" durante quinze anos, até que este faleceu. A documentação do tio, segundo seu José, só foi providenciada no ano de 2000, e que ainda hoje o mesmo sofre humilhações pelo fato.

## 9 O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

### 9.1 A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO CLOVIS MOURA

Reconhecendo a existência de Comunidades Tradicionais Negras, Terra de Preto e Comunidades Remanescentes de Quilombos, rurais e urbanas, nunca pesquisadas pelo Estado e, a não ser por duas ou três delas, e que estão a solicitar uma urgente política de ações sociais, econômicas e culturais que possibilitem reverter a situação de exclusão em que se encontram, o Governo do Estado do Paraná, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática, cria o Grupo de Trabalho Clovis Moura, através da Resolução Conjunta 01/2005, ampliada pela Resolução Conjunta 01/ 2006, exaradas pelas Secretarias de Educação, de Cultura, de Assuntos Estratégicos, de Comunicação Social, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde e a COPEL, SANEPAR e a Polícia Militar do Paraná, para realizar o levantamento básico de suas realidades e elaborar um diagnóstico.

O Governo do Estado, não só por meio das Secretarias de Estado e outros órgãos e empresas que integram o Grupo de Trabalho Clovis Moura, vem a algum tempo, encetando ações emergenciais, visando solucionar os diversos problemas detectados nas comunidades. Assim, a COPEL, com seu programa “Luz Fraterna” do governo estadual e como executora do programa “Luz Para Todos”, do Governo Federal, está levando luz energia elétrica para as comunidades quilombolas paranaenses. Existem obras já concretizadas e em fase de instalações, relacionando aqui a SANEPAR, com a elaboração de projetos para atender o tratamento de água, além dos estudos para implantação de programas de saneamento, a Secretaria de Educação, implementando ações de educação com características eminentemente quilombola, com qualificação de professores e elaboração de material didático em parceria com o MEC, a Secretaria da Justiça no estabelecimento de ações em prol da cidadania,<sup>17</sup> a Secretaria da Saúde, na busca de um inter-relacionamento com as entidades municipais de saúde, revigorando o

---

<sup>17</sup> A SEJU tem se preocupado, além das questões jurídicas pertinentes, com a elaboração de documentos ( RG, CPF, Regulamentação de casamentos, reconhecimento de paternidade etc.

atendimento nas comunidades, a Secretaria do Meio Ambiente, através do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e do recém criado ITCG-PR (Instituto de Terras, Cartografia e Georeferenciamento), estabelecendo ações para o desenvolvimento sustentável e solução de questões fundiárias, principalmente para aquelas comunidades que se encontram em áreas de preservação ambiental, a Secretaria para Assuntos Estratégicos, implantando laboratórios de informática possibilitando uma aproximação mais intensa das comunidades com os conhecimentos do mundo globalizado atual, possibilitando o acesso à Internet àquelas comunidades que apresentem, em primeiro plano, condições básicas para o emprego de tal sistema, e a Polícia Militar, em nova postura, acolhendo as comunidades com uma aproximação mais voltadas para a aplicabilidade de um policiamento condizente com as expressões e anseios das comunidades quilombolas do Paraná.

## 9.2 A PROPOSTA DE RESGATE HISTÓRICO E INCLUSÃO SOCIAL

A finalidade do Grupo Clovis Moura é determinar a existência e diagnosticar a situação de Remanescentes de Quilombos, Comunidades Tradicionais Negras, Rurais e Urbanas, e/ou “Terra de Preto” do Estado do Paraná, com relação à educação, saúde, situação fundiária, saneamento básico, eletrificação e assistência agrária, seu nível de vida e sua relação com o desenvolvimento local sustentável, analisando-a em seus aspectos sociais, educacionais, econômicos e culturais, visando contribuir para o desenvolvimento comunitário e da manutenção de seu modo de vida, analisando também a importância histórica, social e econômica dessas comunidades para a sua região, fornecendo elementos, a partir das demandas que surgirem como resultado deste levantamento, para a elaboração e construção de programas que contribuam com a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e ampliar os conhecimentos acerca de sua própria história, cultura, forma de vida e de trabalho com a terra, divulgando os valores, costumes e tradições e fornecendo subsídios para a construção de uma relação entre as comunidades existentes em nosso Estado e as demais enraizadas no Brasil, proporcionando uma troca de experiências e consolidação histórica.

### 9.3 OS PRINCIPAIS CONFLITOS GERADOS

Ao que fora exposto, pode-se conceber que as comunidades quilombolas se encontram, centenariamente assentadas, no território paranaense e são co-responsáveis pela formação e conformação das características atuais do Estado. Sabedores dos conflitos ocorridos no século XIX e início do século XX, há que se entender que os quilombolas não estiveram alheios às conquistas, derrotas, abusos, mal tratos e escárnios de diversas formas, pois que da pele escura, originários de recente condição de escravo, assim ainda eram concebidos e por dezenas de anos após a abolição, da mesma forma tratados. O Paraná de Província para Estado trouxe conflitos com o advento do progresso, pois aqueles que se encontravam alojados, já em comunidades, com suas famílias, foram tratados como invasores das terras do novo governo, tendo que ser expulsos das terras que estariam sendo doadas aos exploradores, os quais tinham a responsabilidade de fazer desbravar e fazer crescer o novo Estado promissor. Assim tomar as terras dos pretos que até pouco não tinham direito a nada que não lhes fossem dadas pelo seu senhor branco, era uma proposta condicionante do progresso estadual, visto que os mesmos significavam o retrocesso nessa proposta, pois se encontravam em terras antes inexploradas e inacessíveis, mas que agora desbravadas, férteis e fartamente produtivas que não poderia permanecer nas mãos de quem não tem nem ao menos cidadania. Assim, iniciaram as grilagens, homicídios e dizimação de famílias inteiras de quilombolas.

Atualmente, relegados a situação de moradores em morros e encostas, tendo suas terras reduzidas à ínfima situação de ribeirinhos, são acometidos com outros tipos de incidências delituosas e, pela sua condição de submissão cultural, social e humana, são acuados, de forma a ver retirada qualquer possibilidade de resposta, necessitando do Governo, através de seu braço executor da preservação dos direitos humanos, o resgate da paz social e estabelecer a ordem comunitária.



## 10 A PATRULHA COMUNITÁRIA QUILOMBOLA

A partir da ação articulada entre a SEED/ SEAE/ SEEC /SEMA/ SEAB/ SEJU/ SETEP/ SETI/ PMPR e na condição de representante designado pelo então Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná Coronel Nemésio Xavier de França Filho, possibilitara a tomada de conhecimento da situação das comunidades negras, remanescentes de Quilombos e passou-se a manter contato com o grupo de trabalho Clovis Moura, o qual através de ações integradas de diversos setores do serviço público, mobilizou-se a realizar cadastramentos das comunidades excluídas dos projetos de inclusão social e cidadania, desenvolvidas pelos Governos Estaduais e Federal.

Nas últimas décadas do século passado, o movimento negro do Estado do Paraná já vinha intervindo pela defesa das terras dos Quilombola de Paiol de Telha no município de Guarapuava e no ano de 2004, durante o primeiro encontro de educadoras e educadores negros e negras, surgiram os primeiros indícios de outros quilombos no interior do Estado.

Com a criação do Grupo Clovis Moura, em dois mil e cinco, intensificou-se a identificação das comunidades, que em princípio, seriam em número bem reduzido, pois a historiografia oficial do Estado negava todo o histórico de escravidão no Paraná.

Ocorre que se vislumbraram dezenas de comunidades centenárias, de cultura própria e com problemas diversos que necessitam, além de muitos serviços sociais, a acolhida, sendo que a acolhida é aqui empregada no sentido de amparar, proteger, orientar prevenir e promover, assumindo um destaque significativo, enquadrando-o no ponto de vista filosófico.

Historicamente a Polícia Militar vem sido associada a situações de repressão, opressão e perseguição ao Povo Negro em nosso país, sendo utilizada como entidade de manobra política-racial, tendo-se notícia de que a menos de quinze anos, barbaridades foram cometidas contra Comunidade Quilombolas pela força policial, a mando de governantes. Vê-se que o histórico com requinte de perversidade contra o Povo Negro e aos Quilombolas se estende desde o tempo da colonização do Brasil Império, tendo seus reflexos e contextos atualizados nos dias

de hoje, principalmente durante a emancipação política e exploração agro-pecuária do Estado do Paraná.

O elemento filosófico a que se quer fazer referência é a mudança de perspectiva na concepção do Patrulhamento Quilombola. O que se pretende é que a Polícia Militar do Paraná se constitua em mais um instrumento no processo de inclusão dos membros das Comunidades Negras do Paraná, de modo que não apenas tenham seus direitos constitucionais garantidos, mas obtenham a possibilidade de manutenção do seu valioso patrimônio material, imaterial e cultural. Há que se conceber que as Comunidades Remanescentes de Quilombos formam uma sociedade e, como tal, trazem consigo problemas sociais do convívio humano, retendo em seu seio focos e fontes de delitos que se arrastavam, sem soluções, pela ausência da autoridade policial, ou pela sua presença repressiva e retrógrada.

Assim, e pela sensibilidade com que se mostram os fatos atualmente, apresentamos o presente projeto para estruturação da Patrulha Comunitária Quilombola, com a finalidade de dar maior assistência e apoio, com policiais engajados nas soluções das questões Quilombolas, necessitando para isso serem conhecedores da história, cultura e vida das comunidades.

Portanto o Patrulhamento Comunitário Quilombola deverá agir com conhecimento das especificidades, costumes, origem e cultura de cada uma das comunidades, aprendidas com metodologia, discutida e organizada por órgãos competentes de assessoramento do Comando Geral da Polícia Militar, órgãos esses responsáveis pela indicação, capacitação e normatização das ações policiais frente às Comunidades Quilombolas.

Nos dias atuais, muito se reúne e se escreve sobre o controle da força policial, na busca de se exercer realmente a democracia em qualquer âmbito, buscando soluções para a brutalidade policial, concebendo, como senso comum, que para combater eficientemente a marginalidade a polícia deve aplicar o mesmo código de conduta dos transgressores, tornando cada vez mais difícil e arriscado distinguir um do outro. Assim, a truculência e o despreparo dos profissionais designados para lidar com a segurança pública tornam cada vez mais tênue a linha que os separa dos verdadeiros marginais e bandidos. O envolvimento policial com a comunidade faz com que, no Estado do Paraná, tal discurso se torne cada vez mais

fraco e sem eco, pois já se executa a segurança comunitária, com envolvimento de vários seguimentos, na busca de soluções das questões diversas, principalmente a insegurança.

Há que se ressaltar que a Polícia Militar do Paraná está pautando sua missão constitucional no desenvolvimento da Polícia Comunitária, se aproximando da comunidade como uma polícia preocupada em atender aos anseios do cidadão, com proposta de interagir com o mesmo, participando da vida da comunidade onde o indivíduo se encontra inserido. Logo, diferente do que se observa e se absorve dos episódios traumatizantes citados pelos meios de comunicações (São Paulo e Rio de Janeiro), O Governo do Estado do Paraná já efetivara a Patrulha Escolar Comunitária (PEC), O Policiamento Ostensivo Volante (POVO) e pode lançar, como exemplo nacional, o Patrulhamento Comunitário Quilombola (PCQ).

A Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Conferência de Durban de 31 de Agosto a 8 de Setembro de 2001, disciplina as atuações dos Estados quando impõe os mesmos devem tomar todas as medidas constitucionais, legislativas e administrativas visando a igualdade daqueles que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, determinando medidas que visem o reexame de medidas, buscando alteração ou revogação de normas ou legislações que possa a fomentar tais discriminações, devendo também evitar o fenômeno conhecido como “perfil racial”<sup>18</sup>, moralizando assim a atuação dos órgãos de segurança pública e administrativa dos Estados.

A criação do Patrulhamento Comunitário Quilombola denota a preocupação do Governo Estadual, como autoridade detentora dos organismos de pró-cidadania, em estender aos menos favorecidos a proteção de seus direitos constitucionalmente estabelecidos e até o presente governo discriminadamente negados.

Há que se preocupar em não fazer do policiamento um instrumento de discriminação e seletividade, pois que se desenvolve voltado para comunidades que

---

<sup>18</sup> “perfil racial” que compreende a prática dos agentes de polícia e de outros funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei de se basearem, de algum modo, na raça, cor, descendência nacional ou origem étnica, como motivo para sujeitar pessoas a atividades de interrogatório, para determinar se um indivíduo está envolvido em atividade criminosa”.

necessitam de atendimentos emergenciais, já que lhes foram negados durante muito tempo, e a excepcionalidade se faz pela continuidade de maus tratos e condições de exclusão a que são submetidas. Buscar-se-á assim, preparar e condicionar os policiais militares, em geral, impondo-lhes a importância em desempenhar a sua missão, com a visão a proteger os direitos humanos, voltados para os preceitos constitucionais de liberdade, igualdade social.

## 10.1 CONCEITOS E COMPETÊNCIAS

Em atenção ao exposto sobre Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Conferência de Durban, de 31 de Agosto a 8 de Setembro de 2001, Cabe aos Estados tomarem as medidas constitucionais, legislativas e administrativas visando a igualdade daqueles que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, determinando medida que visam reduzir as injustiças cometidas contra pessoas ou comunidades discriminadas pelo seu histórico, e menosprezada diante das circunstâncias que se encontram.

Pouco, ou quase nada tem se feito para estender às comunidades quilombolas a atenção que uma comunidade merece, no tocante a proteção de seus direitos, principalmente o direito à vida, pois que, para a Polícia Militar do Paraná é inovador o trato com essas comunidades, vindo a despertar sua atenção para a existência das mesmas no início do ano de 2006.

Em algumas regiões do Estado, sabia-se da existência de comunidades que eram basicamente habitadas por negros, mas não se tinha a noção da significância histórica, e da importância do resgate social que tais possuem no seu seio, como fonte de estruturação da real formação do Estado paranaense.

A Polícia, em muitas delas, raras vezes se fez presente, pois a dificuldade de acesso e a carência de recursos inviabilizavam a realização dos deveres de acolhida aos cidadãos que se encontravam em conflito nas matas, vendo suas terras sendo tomadas, suas famílias dizimadas, parentes abandonando suas propriedades, pressionados pelas armas dos capangas dos grandes fazendeiros e cooperativas, os quais queriam firmar posse das

terras produtivas, onde famílias quilombolas se assentaram a mais de um século e que ali nasceram e criaram seus filhos, netos e bisnetos. Não se pode furtar de mencionar a grande responsabilidade que a força policial teve em obediência ao Governo, principalmente na região do vale do Ribeira, onde se aniquilaram famílias, expulsaram outras que fugiam de medo ou se escondiam nas matas com receio de verem suas vidas ceifadas pelos “braços fortes do governo”.<sup>19</sup>

No ano de 2007, quando por determinação do Senhor Comandante Geral, os Batalhões de Polícia Militar, através de suas terceiras seções, buscaram resgatar os índices de ocorrências atendidas nas comunidades quilombolas sendo que o resultado não poderia ser diferente, pois que estatisticamente não se vislumbrou atendimento significativo, e em muitos casos atendimento algum, concluindo-se, primeiramente, que não ocorrem situações em que se faça necessária a presença da Polícia Militar nas comunidades quilombolas porque as mesmas são muito ordeiras e nada de grave ocorre, pois que de nada se tem registro.

Com as visitas determinadas pelo Comando Geral, notou-se um outro relato, bem diferente do passivamente assumido, notara-se que os negros quilombolas, cansados de caminhar quilômetros para acionar a polícia para atender seus apelos de segurança e esta não responder, durante anos e anos, vendo suas casas queimadas, seus irmãos mortos, sua residência invadida, seus bens roubados, desistiram nos últimos anos de acionar o que não resolve, começando a tentar resolver seus problemas da melhor maneira possível, não fazendo assim parte da estatística das Unidades Operacionais que com o passar do tempo, seu efetivo nem sequer sabiam da existência de tais comunidades.

Senhor Nilton Morato, morador da comunidade Quilombola “Córrego do Franco” no município de Adrianópolis, repassou-nos a informação de que houve um período que a Polícia Militar ficara cinco anos sem sequer aparecer na comunidade, e questionara se é possível em cinco anos nada de delito ocorrer em uma comunidade. “Não adiantava chamar, eles não vinham!”<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Senhor Luizinho, quilombola de 95 anos de idade, quando se refere à impotência do homem frente a fortaleza do governo, expõe a seguinte expressão “o braço forte do governo”.

<sup>20</sup> Senhor Nilton Morato é líder comunitário da Comunidade Quilombola Córrego do Franco, situado às margens do Rio Parvo, no município de Adrianópolis, divisa com o município de Barra do Turvo no Sul de São Paulo, também é atualmente o presidente da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná.

Encontra registrado na Delegacia de Polícia e Barra do Turvo um boletim de ocorrência acontecida em 22 de maio 2005, quando o Senhor Benvindo, que mora sozinho, retornara para a sua residência por volta da 17:30h, verificou que sua casa se encontrava remexida, a porta da cozinha e a janela da sala arrombadas, tendo notado o desaparecimento de R\$3.700,00 (três mil e setecentos reais) que o mesmo havia escondido entre cestos de milho e fardos de arroz. No mesmo dia, por volta das 21:00h, a casa do Sr. Benedito também fora arrombada, sendo que o mesmo também mora sozinho, também fora remexida e dela subtraído R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) , uma moto-serra, um pulverizador e um facão. A vizinhança lhe contou que as casas onde não havia ninguém eram arrombadas pelo supostos policiais que no dia foram fazer “blitz”, estando em número de 12 (doze) homens fardados com uniforme marrom e armados, tendo sido detidas duas pessoas por crime ambiental. Que no mesmo ano, em data de 27 de agosto, o Senhor Marcio Morato dos Santos teve sua casa invadida, sendo que para não arrombarem a porta, sua sobrinha de treze anos abriu para os policiais e funcionários do IAP, os quais, sem mandado, reviraram a casa e dela subtraíram duas espingardas, uma que nunca tinha sido usada e outra que se encontrava quebrada, herança do avô do Sr Marcio, uma lanterna, um jogo de facas, além da quantia de R\$280,00 (duzentos e oitenta reais), sem prender ninguém e sem apresentar intimação ou mandado.

Abusos como estes têm ocorrido muito e em diversas comunidades, pois os quilombolas vivem basicamente da lida com a terra, de forma ruralista, pacífica e controlada, com agricultura de sub-existência, necessitando de instrumentos de proteção e apoio, para a lida, sendo vítimas de policiais e fiscais, despreparados e sabedores da fragilidade dos mesmos, com a desculpa de estarem cumprindo o que estabelece a lei do desarmamento, sem os trâmites legais e com abuso de poder.

Maurício Requião<sup>21</sup> no encontro dos quilombolas do Vale do Ribeira em maio de 2006, na comunidade quilombola de João Surá, no município de Adrianópolis, anunciou a necessidade de policiamento para as comunidades quilombolas do Paraná, para que daquele dia em diante, as comunidades pudessem ser assistidas e protegidas pela Polícia Militar contra as investidas

---

<sup>21</sup> Maurício Requião de Mello e Siva, Secretário Estadual da Educação e coordenador do projeto Brasil Quilombola no Paraná.

dos fazendeiros que estava tomando, invadindo e desmatando as terras quilombolas, bem como uma proteção contra os funcionários públicos que, com abuso de poder, por mando ou não dos poderosos, estavam autuando, com rigor, os quilombolas que estivessem com suas casas de pau-a-pique em encostas, próximos de rios, ou que desmatassem pequena área para o plantio de subsistência, para forçá-los a venderem suas propriedades ou para expulsá-los de suas terras, onde, centenariamente, viviam com suas famílias, dizendo que o governo preservaria os direitos constitucionais dos quilombolas.<sup>22</sup>

A Polícia tem responsabilidades com a comunidade paranaense, possui atribuições relativas a áreas de atuações e deve preservar a ordem, manutenção da paz social, restabelecimento do bem estar e segurança do patrimônio físico, cultural e psicológico.

#### 10.1.1 Batalhões de Polícia Militar

A Lei 6774, de 08 Janeiro de 1976, dispõe claramente sobre a Organização Básica da Polícia Militar quando em seu artigo 37 item I, estipula a competência do Batalhão de Polícia Militar de realizar policiamento ostensivo normal dentro de uma determinada área, traduzido pela ação de patrulheiros a pé, montados ou motorizados. Já em seu Artigo 2º expõe a execução, com exclusividade do policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, bem como atuar de maneira preventiva em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem, e repressivamente em caso de perturbação desta.

Devido ao curto espaço de tempo a partir da detecção das primeiras comunidades quilombolas no Paraná, ainda não se tem a certeza de que se esgotaram o número das assentadas, mas que se mapearam a localização das mesmas, possibilitando apresentar-se um informativo preciso de qual comunidade

---

<sup>22</sup> O discurso do Secretário Maurício Requião encontra-se gravado e arquivado no Grupo de Trabalho Clovis Moura.

se encontra na área de atuação de determinado Batalhão de Polícia Militar.

As localizações pelo que a história destas comunidades apresenta, é por muitas vezes de difícil acesso e distantes dos centros urbanos, necessitando de um desprendimento específico para atender a muitas destas comunidades, sendo que cada região apresenta características próprias e cada comunidade, um histórico diferente.

#### 10.1.2 Polícia Comunitária

A Polícia Militar do Paraná assume um papel de relevância na preservação da ordem pública prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber." (DIRETRIZ nº 004/2000 - PM/3). Atualmente, o emprego operacional do efetivo da Polícia Militar do Paraná segue a doutrina definida como policiamento ostensivo geral, praticado levando em consideração o implante da filosofia de Polícia Comunitária a qual é, na concebida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade,<sup>23</sup> sob a coordenação de policiais militares previamente escolhidos e designados, para a preservação da segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. A participação da comunidade se faz primordial, pois sendo o policiamento comunitário entendido como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, necessário se faz a participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública.

A Polícia Militar é um bem essencial para a comunidade e para ela se verte, naturalmente, grande parte das questões vitais, desaguando como um vértice dos problemas, anseios da comunidade, tendo o policial comunitário que buscar respostas afirmativas em conjunto com o núcleo gerador das causas e efeitos das questões apresentadas. A população deve ver na figura do policial-militar um zeloso guardião da ordem e disciplina da vida social, digno da confiança e da admiração pública.

---

<sup>23</sup> As forças vivas da comunidade, segundo a Diretriz n. 004/2000-PM/3 se refere a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia.



Os problemas sociais que atingiam tão somente a área urbana, migraram, em algumas de suas naturezas, para a área rural, atingindo com grande repercussão as comunidades quilombolas, que em sua maioria são ignorantes no trato dos problemas e não se encontram apoiadas pelas informações auxiliares na luta com os delitos que lhes assombram com o advento da modernização ocasionada pelo progresso.

Hoje, em se tratando de segurança pública, não se admite que a comunidade fique alheia no momento de buscar soluções para os problemas gerados no seio da própria comunidade, não pode ela agir como mera colaboradora, pois é imprescindível que tome posturas e medidas em conjunto com a Polícia Militar, no pensar e agir na proteção dos seus direitos, acreditando que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, à medida que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão.

Assim sendo e para a perfeita atuação do policial dentro desta doutrina, aqui se expõem alguns pressupostos do policiamento comunitário:

- a) A prioridade da atuação preventiva (proativa) da Polícia Militar, agindo prioritariamente, para evitar que delitos aconteçam, como atenuante de seu emprego repressivo;
- b) A presença mais permanente do policial-militar junto a uma determinada localidade;
- c) A parceria e cooperação entre a Polícia Militar e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, na sua discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas;
- d) A agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
- e) A preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;
- f) A resposta ao maior número possível de acionamentos tendentes à sua totalidade;
- g) A visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;
- h) A transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle e participação no planejamento operacional,

pela população;

i) A atuação do policial-militar como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população;

j) Um maior enfoque para a necessidade de um envolvimento comunitário, na busca da excelência organizacional da Polícia Militar, proporcionando melhor qualidade de vida à comunidade.

O policiamento comunitário é uma atividade específica da polícia, compreendendo todas as ações policiais decorrentes desta estratégia, com destaque à Polícia Militar, quando na proteção do cidadão. Isto, porém, não faz com que sejam excluídas as atividades do policiamento tradicional realizadas normalmente pelo policial-militar. Aos enfoques da atuação tradicional são acrescidos procedimentos comunitários, visando adequar convenientemente o policial militar à nova filosofia.

A certeza do êxito do policiamento se dá propiciando a aplicação de recursos humanos e materiais nos horários e locais de maior risco. O patrulhamento executado com inteligência, decorrente de planejamento cuidadoso com critérios científicos e análise das informações específicas dos locais onde vai se dispor, visando inibir a tentativa ou oportunidade de cometimento de delito, promovendo e mantendo a harmonia social.

A ação de presença da PM reduz os riscos e estabelece um clima de confiança no seio da comunidade.

A Polícia Militar, no emprego do policiamento comunitário, deve estar sempre presente e correlacionar com as lideranças comunitárias se aplicando em desenvolver o seu trabalho em conjunto, nunca agir sem antes analisar as nuances de cada situação e buscar o envolvimento dos cidadãos nos problemas que lhes afetam, pois que assim a solução das questões problemáticas pode ser permanente, e aos poucos a própria comunidade toma conhecimento de que a segurança pública é atribuição do cidadão também, é uma responsabilidade de todos. Firma-se a necessidade de cuidar, permanentemente, da integração e interação da PM com a comunidade, com o fim de alcançarem seus objetivos comuns, por meio da cooperação mútua, da unidade de propósitos e da ação solidária.

A filosofia de policiamento comunitário vem sendo empregada na execução do projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), projeto institucional da

Polícia Militar do Paraná e do Governo do Estado com o objetivo de efetivamente trazer expressivos resultados no campo da segurança pública, mais especificamente na prevenção criminal, no auxílio e socorro comunitários e na necessária integração com a comunidade.

O objetivo do policiamento, é de identificar com a vida do setor de preservação da ordem pública, colhendo da comunidade local os anseios que permitirão melhorar a atuação preventiva e subsidiar o escalão superior no planejamento estratégico e operacional.

A atuação policial no Projeto POVO é o policiamento ostensivo (principal característica da atividade policial-militar), mediante a presença constante, tanto real quanto potencial, obedecendo ao princípio da responsabilidade territorial.

O atendimento de forma mais rápida, eficiente e eficaz às chamadas, intensificando o patrulhamento nos locais e horários concebidos como de risco, proporcionando maior acessibilidade e conseqüente participação da comunidade em assunto de segurança pública, orientando a prevenção de delitos ou como dissuadir sua prática, permanecendo mais tempo na comunidade sendo conhecido e reconhecido atuando como participante das soluções dos problemas de segurança individual ou comunitária, localizados nos setores de atendimento são alguns dos objetivos específicos do Policiamento Ostensivo Volante( POVO)

#### 10.1.3 Batalhão de Polícia Ambiental

Com o objetivo de fiscalizar os abusos cometidos contra a fauna e a flora, o Batalhão de Polícia Ambiental é hoje no Paraná, o braço direto do Governo do Estado, em assessoramento ao IAP, na atuação daqueles que praticam crimes ambientais.

Com ingerência em todo o Estado do Paraná, o policial do Batalhão Ambiental comumente se defronta com comunidades quilombolas, pela facilidade que a missão lhe propicia, haja vista os quilombolas serem eminentemente agrícolas, e de vida natural.

O Policial Ambientalista fiscaliza as regiões de preservação, as espécies animais e vegetais em extinção e os desmates irregulares, bem como autuar quem contraria a lei e normas ambientais, mas que não tem conseguido conter as irregularidades em grande monta que vêm assolando o Estado, principalmente com

invasões das propriedades das comunidades quilombolas, principalmente com o plantio da árvore pinus, o qual pode ser plantado em encostas, morros e beira das estradas e que se mostrou ser um produto lucrativo.

O policial do Batalhão de Polícia Ambiental é um profissional fiscalizador, mas com a autorização concedida pela lei ambiental passou a ser uma autoridade atuadora de pessoas que cometem crimes contra a natureza, sendo de imensa valia na preservação das tradições quilombolas, e orientador para que quilombolas que já possuem o instinto natural de preservação, saibam onde, como e o quanto utilizar devidamente sua propriedade sem causar danos à natureza.

## 10.2 CONTEXTUALIZAÇÃO.

Surpreendente foi constatar o quantitativo de Comunidades Quilombolas fixadas no Estado do Paraná, do que a Polícia Militar somente tomara conhecimento a partir do contato com a professora Clemilda Santiago no mês de dezembro de 2005, a qual, pertencente ao GT Clovis Moura, para fim de reconhecimento e cadastramento das comunidades, fez com que se despertasse para a importância do relacionamento da Polícia Militar para a questão, vindo a exigir o envolvimento da mesma na busca de medidas reparadoras da desigualdade cometidas contra as comunidades quilombolas, salientando que o objetivo geral é o de determinar a existência e diagnosticar a situação de remanescentes de quilombos, comunidades tradicionais negras, rurais e urbanas ou “terra de preto” do Estado do Paraná.

Diante do quadro exposto, faz-se necessário intensificar as ações atualmente desenvolvidas, de maneira sutil, pela Polícia Militar, visando dar maior amplitude ao assunto, envolvendo-se com o policiamento comunitário que foge dos ditames iniciais e adquire uma outra cara com a detecção das Comunidades Quilombolas, que se demonstram atrair um comportamento mais cauteloso no trato com a pessoa humana, haja vista as peculiaridades das comunidades que se foram surgindo com o desenvolver das pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho Clovis Moura.

Cabe fazer uma apresentação das atividades realizadas pelo grupo o qual, primeiramente, através da Resolução Conjunta nº 001/2005- SEED, SEEC, SEAE, SECS, SEMA, firmada em 05 de abril 2005, foi encarregado de fazer o

levantamento básico das Comunidades Remanescentes de Quilombos e “Terra de Pretos” do Estado do Paraná, o qual, pelas expectativas, teria sua conclusão até dezembro de 2005.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, notou-se que sua abrangência se tornou maior daquela inicialmente planejada, não se podendo concluir em dezembro, assim, através da Resolução Conjunta nº 01/2006, resolveu-se prorrogar o prazo de conclusão do levantamento básico das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Paraná, face ao número de indicativos de Comunidades descobertas no Estado serem maior que o previsto originalmente, mantendo as demais condições da resolução inicial, mas desta feita com a inclusão da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), Saneamento do Paraná (SANEPAR) e Polícia Militar do Paraná (PMPR).

Após o reconhecimento da existência de Comunidades Quilombolas, o Grupo Clovis Moura tem pautado suas ações compreendendo, a partir da bibliografia especializada e da legislação específica, que as Comunidades Remanescentes de Quilombos englobam as denominações de Comunidades Negras Rurais, Terra de Pretos, Terra de Santo ou Santíssimo(a), que, embora constituídas por categoria sociais distintas, tratam de um mesmo problema originado nas relações de produção do período colonial e edificadas por uma base geográfica comum: apossamento secular, unidade de trabalho familiar, denominação de territorialidade que designa um caráter de identidade étnica e, ainda o fato de manterem uma relação de harmonia com os recursos naturais. Há que se realizar um levantamento e mapeamento que possibilite a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) que se auto-definam como tal. Este trabalho, tanto na esfera federal como na estadual, tem como eixo norteador a implementação de uma série de programas já existentes para o pequeno agricultor e trabalhadores rurais da agricultura familiar, agora focando prioritariamente as Comunidades Negras Rurais, certificadas ou não ( Programa Brasil Quilombola). Trata-se em estender à população negra os mesmos direitos já acessados pela população branca.

O Grupo de Trabalho Clovis Moura (Grupo Intersecretarial) tem se ocupado em demonstrar o grau de participação da população negra na identidade paranaense, principalmente no que se refere à cultura e a aspectos da política educacional do Estado. Entretanto, no que se refere à questão fundiária, as

atribuições de regularização das propriedades quilombolas que se encontram em litígios são de competência exclusiva do Governo Federal, que atua através do INCRA e da Fundação Cultural Palmares, com o apoio do ITCG/PR e demais órgãos correlatos em ações fundiárias.

### 10.3 UNIDADES DETENTORAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Pelo fato de se terem voltado os olhos para a importância social e estadual das comunidades quilombolas do Paraná, tão somente após o ano de 2005, tem-se a possibilidade de definir a área de responsabilidade de atuação da Polícia Militar no tocante à proteção dos direitos dos remanescentes de quilombos ou tradicionalmente negros, não deixando de constar que as pesquisas ainda continuam, sendo comum a incidência de indícios de outras comunidades quilombolas, podendo, assim aumentar as áreas de atuação e número de unidades envolvidas com o processo de intensificação do policiamento comunitário quilombola.

Atualmente as unidades que detêm as comunidades estudadas até o momento são: 1º BPM, 3º BPM, 9º BPM, 14º BPM, 16º BPM, 17º BPM, 19º BPM, 1º CIPM, 2º CIPM, 3º CIPM .

### 10.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DAS PATRULHAS COMUNITÁRIAS QUILOMBOLAS

Devido ao parco desconhecimento, ocasionado pelas questões sociais citadas no histórico das Comunidades Quilombolas no Paraná, há que primeiramente buscar uma conscientização sobre o assunto, pois que se trata da lida com um público específico com características personalíssimas e de interesse nacional. Logo a sensibilidade na lida com as comunidades se faz primordial, agregando cuidados direcionados para a finalidade do programa BRASIL QUILOMBOLA, o qual resgata direitos e conduz os remanescentes dos Quilombos do Paraná a uma situação de cidadãos paranaenses.

Assim, propõe-se o desenvolvimento do projeto de policiamento

comunitário quilombola, em etapas que devem conduzir ao trato com as comunidades de maneira progressiva, respeitando os princípios da filosofia de polícia comunitária.

Os processos serão coordenados pela 3ª Seção do Estado Maior em conjunto com o Oficial designado para compor o Grupo Clovis Moura e em parceria com o G.T. Clovis Moura, ou designando responsável para centralizar tais responsabilidades.

#### 10.4.1 Instrução aos Comandos

Como primeiro passo se faz necessária a clara apresentação aos comandantes de Unidades e seu Estado Maior, bem como aos comandantes de Companhias as quais em suas subáreas se encontram instaladas as comunidades quilombolas, para que haja uma padronização de conhecimento sobre o assunto e se possa familiarizar com as novas tomadas de posturas frente aos mais recentes núcleos de formação social, caracteristicamente rurais, através de palestras com o grupo, visando sanar dúvidas sobre as Comunidades Quilombolas no Paraná e Conscientização Racial com o acompanhamento e assessoramento dos integrantes do Grupo de Trabalho Clovis Moura.

Necessário se faz que cada comando e comandados passem a conhecer e reconhecer as comunidades existentes em cada área e subárea de policiamento, cruzando as informações colhidas anteriormente e se assenhorando das reais condições de cada comunidade, conscientizando da importância da acolhida pela Polícia Militar das situações de perturbação da ordem e da paz nas comunidades, constatação das características das comunidades sob sua responsabilidade.

#### 10.4.2 Resgate histórico de incidência de delitos

Nesta fase buscar-se-á um resgate histórico da comunidade e uma concentração de dados acerca da evolução das questões relacionadas com a titulação das terras;

- a. Dados estatísticos do terreno e cadastramento dos integrantes das comunidades, concentrando dados da liderança de cada uma;
- b. Relatórios dos principais problemas relacionados a reuniões e

histórico de ocorrências;

c. Compartilhamento de informações com a PM-3 e GT Clovis Moura.

#### 10.4.3 Composição das equipes

O Patrulhamento Comunitário Quilombola, devido às características específicas e resgates culturais, históricos e sociais, deve voltar sua atenção ao preceituado nos Atos das Disposições Transitórias, no Tratado de Durban, Direitos Humanos, Polícia Comunitária, isso tudo conjugado, mais a especialidade de policiamento ambiental. Assim apresenta-se a composição da Patrulha Comunitária Quilombola a qual, em princípio, será composta por 05 (cinco) policiais (femininos e masculinos), os quais receberão instruções específicas quanto à realização do policiamento, levando em consideração a particularidade e especificidade das comunidades pertencentes a cada Batalhão.

Devido ao caráter especial de trato com as questões quilombolas e a variedade de modalidade de policiamento, faz-se necessária a presença de um policial do Batalhão de Polícia Ambiental (crimes contra o meio ambiente, legislação e sanções específicas) como componente da equipe, com experiência no combate ao crime ambiental e com facilidade de contato com integrantes regionais do IAP, INCRA e ITCG;

Constatada a dificuldade em se colher subsídios para a realização dos processos de certificação das terras e adentrar na vida cotidiana da comunidade, bem como extrair dos membros os problemas relacionados com a segurança, há que se ter um estreito contato com os policiais de Inteligência de cada Unidade Operacional e se manter um arquivo exclusivo das diligências realizadas em cada Comunidade Quilombola.

#### 10.4.4 Composição dos meios

##### a) Viaturas

Cada equipe, a princípio, possuirá uma viatura específica para terrenos acidentados, dotada de tração, com equipamentos de iluminação potentes e duas motocicletas capacitadas para emprego em terrenos acidentados.



#### b) Equipamentos

A Unidade deverá disponibilizar para emprego pela Patrulha Quilombola, além dos equipamentos necessários para o policiamento ostensivo:

- 1 (um) facão;
- 1 (uma) corda de nylon com 40 (quarenta) metros;
- 2 (duas) lanternas médias;
- 1 (uma) barraca média 3x3;
- 1 (uma) máquina fotográfica digital.

#### 10.4.5 Pressupostos do policiamento comunitário quilombola

##### a) Subordinação

A equipe deverá estar classificada na Unidade Operacional à qual pertence, sendo operacionalmente disciplinada a realizar as atividades preconizadas pelo Coordenador do Policiamento Comunitário Quilombola, o qual deverá manter o controle operacional das equipes e ser o elo de ligação entre o Comando da Unidade responsável pela área de atuação da equipe, com a PM/3, o Grupo de Trabalho Clovis Moura, mantendo um atual e prático controle das atividades realizadas e missões desenvolvidas.

##### b) Interação com os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)

Os CONSEGS estão presentes em muitos municípios no Estado do Paraná e tem contribuído de maneira decisiva na busca de soluções na área da segurança pública, tornando-se assim co-responsáveis por um dos modelos de Conselhos Comunitários de Segurança mais atuante e moderno do Brasil, que é o do Paraná.

Os CONSEGs são entidades, compostas por líderes comunitários do mesmo bairro ou município. Essas lideranças se reúnem, voluntariamente, para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre várias lideranças locais. Assim, cada Conselho é uma entidade de apoio à Polícia Estadual nas relações comunitárias, e se vinculam, por adesão, às diretrizes emanadas pela Secretaria de Segurança Pública, por intermédio do Coordenador Estadual para Assuntos dos Conselhos Comunitários de Segurança. As reuniões ordinárias de cada Conselho são mensais, realizadas

normalmente no período noturno, em imóveis de uso comunitário, seguindo uma agenda definida por período anual.

A Secretaria de Segurança Pública tem como representantes, em cada CONSEG, o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do Distrito Policial.

Sua legitimidade tem sido reconhecida pelas várias esferas de Governo e por institutos independentes, o que permite afirmar que os CONSEGs representam hoje, a mais ampla, sólida, duradoura e bem sucedida iniciativa de Polícia orientada para a comunidade em curso no Brasil.

Dentro deste conceito se propõe efetivar os Conselhos Comunitários de Segurança Quilombolas, atendendo ao que preceitua o Decreto Governamental nº 2332 de 10 Dezembro de 2003, os quais viriam a ser o principal instrumento de segurança comunitária em co-participação com o policiamento quilombola, sendo constituídos pelas lideranças das comunidades quilombolas, as quais possuem um amplo conhecimento da vida e das necessidades de sua gente. Cabe ressaltar que O Conselho Comunitário de Segurança é responsável, em conjunto com as associações comunitárias, por diagnosticar e encaminhar para que recebam as devidas soluções, questões levantadas no âmbito social em geral, as quais por não receberem o devido tratamento, poderão reverter em problemas policiais.

## 11 ANÁLISE GERAL

### 11.1 METODOLOGIA

O presente trabalho está baseado em investigação científica a qual foi desenvolvida durante os anos de 2007 e 2008, mediante pesquisa bibliográfica, internet e através de pesquisa de campo, com o uso de questionários dirigidos às seguintes Unidades Operacionais da Polícia Militar do Paraná:

- a) 1º. Batalhão de Polícia Militar, 3ª Seção – sede em Ponta Grossa;
- b) 3º. Batalhão de Polícia Militar, 2ª Companhia, 1ª Pelotão - sede em Palmas;
- c) 9º. Batalhão de Polícia Militar, 3ª Seção – sede em Paranaguá;
- d) 14º. Batalhão de Polícia Militar, 3ª Seção – sede em Foz do Iguaçu;
- e) 16º. Batalhão de Polícia Militar, 3ª Seção – sede em Guarapuava;
- f) 17º. Batalhão de Polícia Militar, 3ª Seção – sede em São José dos Pinhais;
- g) 2ª. Companhia Independente de Polícia Militar – Sede em União da Vitória;
- h)- 3ª Companhia Independente de Polícia Militar – Sede em Telêmaco Borba.

### 11.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários enviados consistem em quinze questões, as quais foram respondidos por oito Unidades Operacionais, detentoras de comunidades quilombolas em sua área de atuação.

- a) 1. Quanto tempo tem de serviço na PMPR?;
- b) 2. Na escala hierárquica, qual o Posto que ocupa?;
- c) 3. Responde pela função há mais de 07 (sete) meses?;
- d) 4. Quando ouviu falar pela primeira vez sobre as Comunidades

Quilombolas?;

- e) 5. Tem conhecimento do que seja uma Comunidade Quilombola?;
- f) 6. Tem conhecimento da existência de alguma Comunidade Quilombola nos municípios compreendidos na área de atuação de sua Unidade Operacional?;
- g) 7. Esteve alguma vez em uma Comunidade Quilombola?;
- h) 8. Tem conhecimento da localização exata das mesmas?;
- i) 9. Quantas comunidades Quilombolas sabem existir na área de responsabilidade de Sua Unidade Operacional?;
- j) 10. Em 2007 foram registrados atendimentos policiais em alguma Comunidade Quilombola? Quantos?;
- k) 11. Tem conhecimento de conflitos de terra envolvendo as comunidades Quilombolas e os proprietários atuais de terras de sua região?;
- l) 12. Sabe da diferenciação entre comunidades negras tradicionais e comunidades remanescentes de quilombos?;
- m) 13. Já tomou conhecimento sobre do que trata o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, os quais dispõem que o governo tem a obrigação de entregar para as comunidades quilombolas o título de propriedade de suas terras?;
- n) 14. Está sendo possível realizar um policiamento satisfatório para as comunidades distantes a mais de 20 (vinte) quilômetros de sua sede policial mais próxima?;
- o) 15. Considera necessário um policiamento “diferenciado” junto às comunidades quilombolas? Por que?

Para a análise dos dados foram divididas as respostas em grupos diferenciados a fim de realizar com melhor interpretação das respostas e assim conjugar os conhecimentos sobre o assunto à realidade da questão.

I. Tempo de serviço e o período de atuação frente a 3ª seção das Unidades que possuem comunidades quilombolas em sua área.

QUESTÕES	1º BPM	3º BPM	9º BPM	14º BPM	16º BPM	17ºBPM	2º CIPM	3º CIPM
Tempo de Serviço na PMPR	10 a 15	10 a 15	16 a 20	16 a 20	16 a 20	26 a 30	10 a 15	10a 15
Posto que ocupa	2º Ten	1º Ten	Cap	Cap	1º Ten	Maj	1º Ten	2º Ten

Mais de 7 meses na função	Não	sim	Sim	Não	Sim	Sim	não	Não
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

II. Conhecimento que o policial tem sobre as comunidades quilombolas de sua área

QUESTÕES	1º BPM	3º BPM	9º BPM	14º BPM	16º BPM	17ºBPM	2º CIPM	3º CIPM
Quando Ouviu falar	3 anos	1 ano	1 ano	3 anos	3 anos	1 ano	1 ano	3 anos
Conhecimento do que seja	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Conhecimento da existência	Não	São	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Já esteve em alguma	Não	São	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Sabe da localização	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Quantas existem	1	0	1	0	+ de 3	1	1	1

III. Atuação da Unidade Operacional em relação às Comunidades Quilombolas.

QUESTÕES	1º BPM	3º BPM	9º BPM	14º BPM	16º BPM	17ºBPM	2º CIPM	3º CIPM
Foram registrados atendimentos em 2007	Não	Não	Não	Não	Sim +-20	Não	Não	Não
Sabe se há conflitos de terra com proprietários atuais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
E possível realizar policiamento em comunidade a mais de 20 km da sede	Desconheço	Sim	Realiza-se acionado	Desconheço	Realiza-se acionado	Realiza-se acionado	Sim	Desconheço
Considera necessário um policiamento diferenciado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Mão	Não

IV. Conhecimento referente a Atos das Disposições Constitucionais Transitórias em relação às Comunidades Quilombolas.

QUESTÕES	1º BPM	3º BPM	9º BPM	14º BPM	16º BPM	17º BPM	2º CIPM	3º CIPM
Já tomou conhecimento sobre o que trata o Art. 68 dos ADCT- CF	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não

Fazendo uma análise dos questionários acima descritos, pode-se perceber que no quadro 1 todos os oficiais apresentam mais de dez anos de serviço, mas que quatro não se encontram na função a mais de sete meses, tempo estipulado como suficiente para ter conhecimento sobre as comunidades quilombolas em sua área, bem como, pela novidade do panorama criado pela recente descoberta, acerca das peculiaridades, haja vista a grande repercussão que o assunto obteve no final do ano de 2007 e atritos ocorridos no noroeste e nordeste do Brasil.

No Quadro 2 observa-se que todos já tiveram algum referencial sobre a existência de comunidades quilombolas, ouvindo falar e/ou tendo conhecimento do que seja, mas atentamos que alguns dos oficiais, desconhecem da existência de comunidades em sua área, na sua maioria não sabendo da localização das mesmas, nunca tendo se deslocado até os locais.

Com as respostas colhidas nos quadros acima, conclui-se que, pelo pouco conhecimento sobre as comunidades, no Quadro 3 detecta-se que não se tem registros das ocorrências, desconhecimento sobre conflitos entre quilombolas e fazendeiros, sendo que somente em Guarapuava se tem conhecimento de atendimentos e registros dos mesmos em número aproximado de 20 ocorrências no ano de 2007, mas que se desconhecem em sua maioria se ocorrera atendimento nas comunidades e o contato com as mesmas pela Polícia Militar se dá por acionamento para atendimento a ocorrência, sabedores que a grande maioria das comunidades se localizam a mais de 20 quilômetros da Sede do policiamento no Estado do Paraná.

O “Quadro 4” pode retratar e justificar a falta de conhecimento sobre o assunto, pois, apesar de constar na Constituição Federal desde 1988, somente em 2005 o Estado do Paraná despertou para a existência e situação das comunidades quilombolas, sendo que a maioria das Unidades Operacionais vieram a ter o seu primeiro contato quando, em 27 Março de 2007, o Senhor Comandante Geral emitiu o Despacho n. 067/07- CG, publicado na sua íntegra no Boletim Geral n. 102 de 31 Maio 2007 – Aj. Geral , no “item 3” determina que todas as Unidades Operacionais do CPC e CPI, por meio de recursos próprios, especialmente com as guarnições que integram as “ Patrulhas Rurais” e Destacamentos PM de Municípios, onde estão identificadas as Comunidades Remanescentes de Quilombos, atendam as

demandas identificadas pelo Cap. PM Edson, na área da segurança pública.

A análise da complementação da questão 15 onde questionamos se considera necessário um policiamento diferenciado junto às Comunidades Quilombolas, colhendo unanimidade de negação com os argumentos de que alguns entendem como forma de discriminação, alegação de desigualdade de tratamento, que a polícia realiza um policiamento ostensivo preventivo para todo o cidadão e os quilombolas também são cidadãos conforme o que preconiza a Constituição Federal de 1988, não sendo necessário policiamento diferenciado, sendo que assim estaríamos privilegiando uma só classe em detrimento de outras e apesar de não achar necessário há que se sugerir o aperfeiçoamento de grupos de policiais militares para o eficaz atendimento às comunidades quilombolas, haja vista os seus comportamentos específico .

No projeto fora feita a proposta de se apresentar um questionário para algumas Polícias Militares do Brasil, com o intuito de saber se estariam realizando um policiamento voltado, exclusivamente, para as comunidades quilombolas, respeitando as individualidades das mesmas e preservando seu patrimônio cultural, histórico, psicológico e social mas que orientado, concluiu-se que tal pesquisa demandaria esforço desnecessário, pois de imediato se patenteou a negativa de tal policiamento, estando, como os noticiários nos transmitem, aquém, como no Paraná, de satisfazer o que preceitua a Constituição Federal no tocante a acolhida das comunidades quilombolas pela Polícia Militar, seja de que Unidade federativa for, sendo implantado no Estado do Paraná, este será pioneiro, contanto que se especifique o diferencial no atendimento às comunidades.

## 12 CONCLUSÃO

O Policiamento Comunitário Quilombola não é só uma novidade no Estado do Paraná, há que se ressaltar que em nenhum Estado Brasileiro se executa um policiamento voltado para atender as comunidades quilombolas, contudo, faz-se necessário conceber que o Paraná está engatinhando nas questões quilombolas, pois dela só tomou medidas após o ano de 2005, enquanto temos estados com dezenas de anos vindo realizando projetos. Tem-se que conscientizar que cada vez mais se estão localizando comunidades no Estado, pois o que era concebido como unidades foram se transformando em dezenas em apenas dois anos de exploração do assunto, o que causa espanto e descontrole no atendimento das propostas de pró-atividade e pró-cidadania.

O que se deseja é despertar a Polícia Militar para a realidade que se apresenta, a que estamos diante de um crescente bloco de agricultores e ruralistas, que, tendo os seus anseios sido escutados pelo Estado, estando protegidos pelo Governo Federal, vão saindo, gradualmente do anonimato, tomando dimensões que se não nos adiantarmos no momento para implementar um policiamento resgatando o descaso e as opressões realizadas por aqueles que nos antecederam contra as Comunidades Quilombolas do Paraná, perder-se-á, frente às deficiências que possui, o controle, com o assomar das outras comunidades que vão se afluindo.

Glauco Souza Lobo retrata que a história do Paraná está sendo escrita novamente, mas agora sem mentiras, pois os reais desbravadores destas terras são os negros, oriundos das diversas tribos, libertos, fujões ou abandonados, mas que por duas centenas de anos vem escrevendo uma história oculta no chão do Paraná, história esta que está vindo a tona, mas com marcas de destrato, descaso, desumanidade, abandono pelas autoridades e pelo Governo. Como sendo de uma visão filosófica, buscando um envolvimento geral e participador na busca de soluções de problemas diversos que afligem uma determinada comunidade, há que se conceber que, numa visão social, sabe bem e como bem tratar de uma determinada questão, quem dela se manteve próxima desde sua origem. Assim, dentro desta filosofia, o Policiamento Comunitário Quilombola, pressupostamente, visa num futuro próximo, constituir a Patrulha Comunitária Quilombola (PCQ), de



policiais, oriundos das comunidades situadas nas regiões onde desempenham suas funções, facilitando a relação com a comunidade no desenvolvimento de um trabalho preventivo que resulte na harmonia das diversas vertentes da vida comunitária.

## REFERÊNCIAS

BRANDARUCK, Roberson; SOUZA, Cesar Alberto. **patrulha comunitária, polícia cidadã para o Povo Cidadão**. Curitiba: AVM, 2001.

BRASIL, **Código Penal Brasileiro**, ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Governo Federal. **Programa Brasil Quilombola**. 2005.

CASTRO, Therezinha de. **África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981

CHIAVENATO, Julio J. **O Negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERRARINI, Sebastião. **A escravidão na Província do Paraná**. Lítero-técnica, 1971.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Segurança Pública. **Conselho Comunitário de Segurança: Decreto 2332**. Curitiba, 2003.

**Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**; Ministério da Justiça. Brasília, 2001.

SALZANO, F.M e FREIRE- MAIA, N. **Populações Brasileiras**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

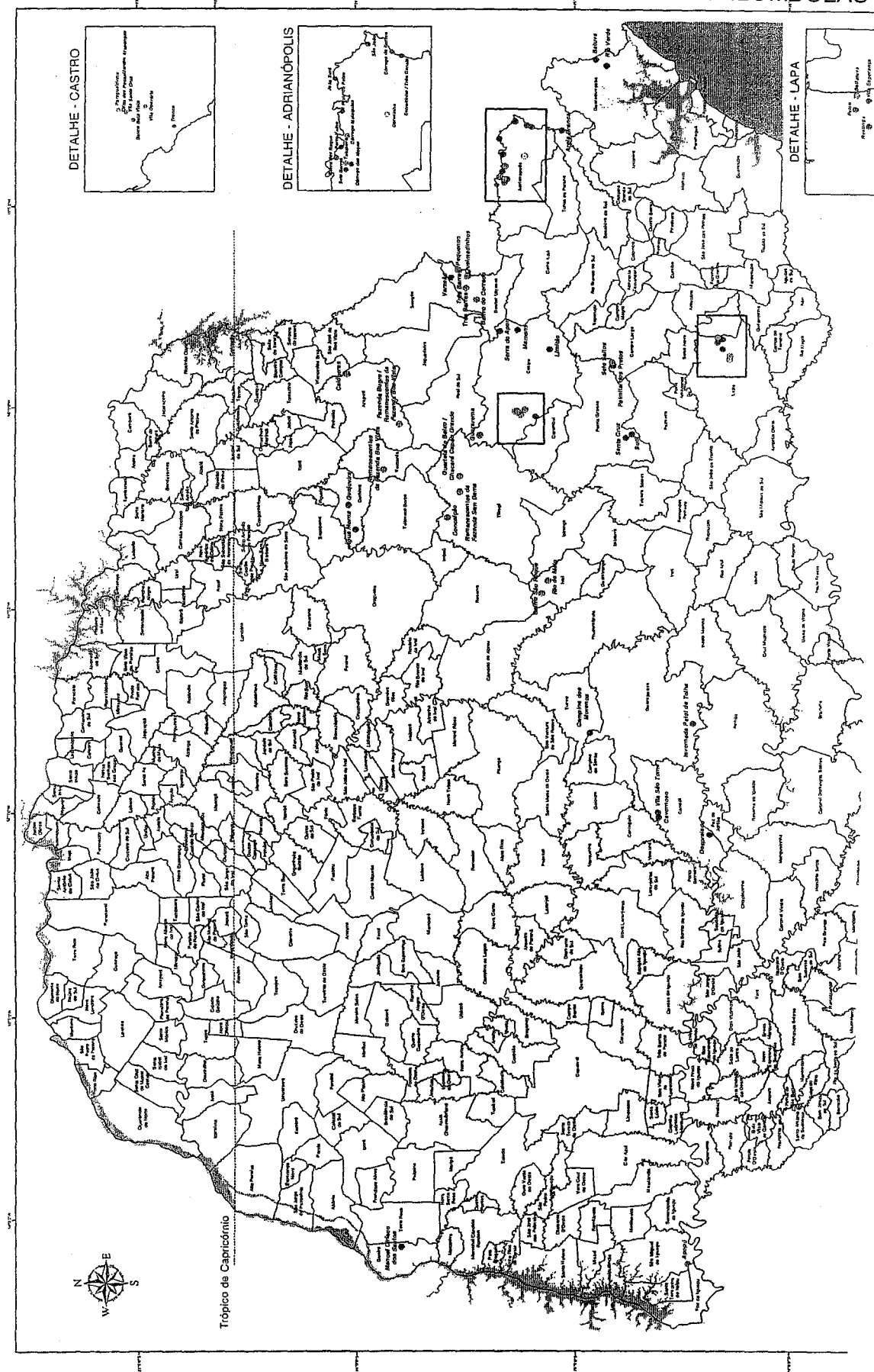
SANTOS, Joel Rufino dos. **O Que é Racismo**. São Paulo: Brasiliense, Abril Cultural, 1984. Coleção Primeiros Passos,

**Terra de Quilombo , Herança e Direito**; Comissão Pró-Índio. São Paulo, 2005.

## ANEXO

## MAPA DO ESTADO DO PARANÁ E LISTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E COMUNIDADES NEGRAS  
TRADICIONAIS IDENTIFICADAS PELO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA



. Comunidade remanescentes de Quilombos - CR  
 Comunidades Negras Tradicionais - CT  
 Indicativos de Comunidades Negras - IC

BTL	CIDADE	COMUNIDADE	Qt
1 BPM	<b>Ponta Grossa</b>	Santa Cruz - CR	1
		Sutil - CR	2
	<b>Castro</b>	Limitão - CR	3
		Mamaus -CR	4
		Serra do Apon -CR	5
		Tronco -CR	6
		Bairro Bela Vista - CT	7
		Guararema	8
		Paraguaizinho - CT	9
		Vila dos Paca - CT	10
		Vila Operária - CT	11
		Vila Santa Cruz - CT	12
	<b>Palmeira</b>	Cerrado	13
		Pugas	14
		Quero-Quero	15
	<b>Piraí do sul</b>	Fazenda Boa Vista	16
	<b>Jaguariaiva</b>	Água Clara	17
		Lança	18
		Morro Azul	19
		Fazenda Boa Vista	20
	<b>Arapoti</b>	Calógeras - CT	21
		Fazenda do Bugre - CT	22
	<b>Ivaí</b>	Bairro São Roque - CT	23
		Rio do Meio - CT	24
3 BPM	<b>Palmas</b>	Bairro Fortunato	25
		Bairro Lagoão	26
		Bairro S. Sebastião Rocio	27
9 BPM	<b>Paranagua</b>	Valadares	28
	<b>Guaraqueçaba</b>	Batuva -CR	29

BTL	CIDADE	COMUNIDADE	Qt
	<b>Antonina</b>	Rio Verde -CR	30
		Bairro Alto	31
		Cachoeira	32
14 BPM	<b>São Miguel Iguaçu</b>	Apepu -CR	33
	<b>Itaipulândia</b>	São José do Itavó	34
16 BPM	<b>Guarapuava</b>	Paio de Telha -CR	35
	<b>Candói</b>	Cavernoso -CR	36
		Despraiado -CR	37
		Vila São Tomé -CR	38
		Bebinha	39
		Cachoeira	40
		Divisa Santa Clara	41
		Faxinal Santo Antonio	42
		Linha Destacada	43
		Nova Esperança	44
		Passo Grande	45
		Rio da Laje	46
		Santa Marta	47
	<b>Turvo</b>	Campina dos Morenos -CR	48
17 BPM	<b>Adrianópolis</b>	Corrego das Moças - -CR	49
		João Surá -CR	50
		Porto Velho -CR	51
		Sete Barras -CR	52
		Areia Branca -CR	53
		Corrego do Franco -CR	54
		Estreitinho -CR	55
		Praia do Peixe -CR	56
		São João -CR	57
		Três Canais -CR	58

BTL	CIDADE	COMUNIDADE	Qt
		Bairro dos Roque	59
		Corrego Malaquias	60
		Tatupeva	61
		Caracinha	62
	<b>Dr. Ulisses</b>	Varzeão	63
		Bairro do Cerrado	64
		Bairro do Poço	65
		Queimadinho	66
		Três Barras	67
		Vila Amor	68
		Pequenos	69
	<b>Campo Largo</b>	Palmital dos Pretos	70
		Sete Saltos	71
	<b>Cerro Azul</b>	Bairro Bela Vista	72
		Bairro Limeira	73
		Pinhal Grande	74
		Agua Morna	75
	<b>Contenda</b>	Lagoa das Almas	76
		Poço da Cruz	77
19 BPM	<b>Guaíra</b>	Manoel Ciriaco Santos	78
1 CIPM	<b>Lapa</b>	Feixo	79
		Restinga 1 e 2	80
		Vila Esperança	81
		Bairro São José	82
		Bairro São Lucas	83
		Botiatuva	84
2 CIPM	<b>União da Vitória</b>	Bairro Bela Vista	85
		Bairro Limeira	86
	<b>General Carneiro</b>	Vila Iratin	87
3 CIPM	<b>Curitiba</b>	Agua Morna	88
		Guajuvira	89
		Conceição	90

<b>BTL</b>	<b>CIDADE</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>Qt</b>
		<b>Guartelá</b>	<b>91</b>
		<b>Fazenda San Dama</b>	<b>92</b>
	<b>Ventania</b>	<b>Rem. Faz . Boa Vista</b>	<b>93</b>
		<b>Fazenda Pedrosa</b>	<b>94</b>